



Relatório de Atividades 2018



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
NOSSA COOPERATIVA.....	4
PROPÓSITO.....	4
Estrutura Administrativa.....	4
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MANDATO: 2017 / 2021 - COMPOSIÇÃO EM 31.12.2018.....	4
CONSELHO FISCAL- MANDATO: 2017/2018 - COMPOSIÇÃO EM 31.12.2018	4
1. DADOS GERAIS.....	6
14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
14.1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
14.2. – PARECER DO CONSELHO FISCAL	19
14.3. –BALANÇOS PATRIMONIAIS	20
14.4. - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	20
14.5. – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	21
14.6. - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
14.7. - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	22
14.8. - DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	23
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
1 CONTEXTO OPERACIONAL	24
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	24
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29
5 CONTAS A RECEBER	30
6 ESTOQUES.....	30
7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	31
8 INVESTIMENTOS	31
9 IMOBILIZADO	32
10 INTANGÍVEL.....	33
11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	33
12 FORNECEDORES.....	33
13 OBRIGAÇÕES COM COOPERADOS	34
14 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS.....	34
15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	34
16 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	35
17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
18 INGRESSO OPERACIONAL LÍQUIDO	36
19 OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS	36
20 RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES EM COOPERATIVAS.....	37
21 RESULTADO FINANCEIRO	37
22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	37
23 PARTES RELACIONADAS.....	38
24 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	38
25 GERENCIAMENTO DE RISCOS	38
26 COBERTURA DE SEGUROS	40
27 DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS DE ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS	41
28 DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS POR SEGMENTO	42
15. Balanço Social.....	43
15.1. - Balanço Social.....	43

APRESENTAÇÃO

SENHORES (AS) COOPERADOS (AS),

Cumprindo determinações legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda., apresenta aos cooperados o Relatório do Exercício de 2018, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Fluxo de Caixa, Demonstrações de Valor Adicionado, Mutações do Patrimônio Líquido, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

NOSSA COOPERATIVA

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PATROCÍNIO LTDA.

Nome fantasia: **COOPA**

Endereço: Rua Pedro Barbosa Victor, 425 – Centro

Cidade: Patrocínio – MG – CEP: 38740-004

Telefone: (34) 3515-7300

E-mail: comunicacao@coopa.coop.br

Site: www.coopa.coop.br

Data fundação: 08.09.1961

CNPJ Nº 23.405.160/0001-16

NIRE (JUCEMG) Nº 31400012427

OCEMG – OCB Nº 281

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 3143

Propósito

Promover o empreendedorismo conectado ao pensamento coletivo para orientar, capacitar e fomentar a geração de valor compartilhado.

Estrutura Administrativa

Conselho de Administração - Mandato: 2017 / 2021 – composição em 31.12.2018

Efetivos

Fausto Amaral da Fonseca – Presidente

Maurício da Cunha – Vice Presidente

Arlindo Nunes dos Reis

Eduardo Machado Arantes

Inês Maria Alberton Fiebig

José Francisco Romão

Valtônio Soares

Marcos José Caixeta

Rosemir Ferreira Rosa

Conselho Fiscal- Mandato: 2017/2018 – composição em 31.12.2018

Efetivos

Advaldo Pereira da Cruz

Eustáquio Reinaldo Resende

Lázaro Luiz Fernandes

Suplentes

Jeová Donizete Pereira

Valdeir Correia de Faria

AOS COOPERADOS

Começamos 2018 com muita apreensão, mas também muita esperança em relação à COOPA. Vínhamos de um processo doloroso no final de 2017 com fortes cortes das despesas, dispensa de pessoal e renegociação de dívidas.

Em 2018 procuramos vender ativos (bens) para pagar compromissos assumidos. Que eram e são muitos. Saímos da Cemil, vendemos o terreno do laticínio e a chácara no Tejuco. Assim arrumamos recursos para acertar com alguns credores. Falta muito. Preocupa ainda o aperto de caixa que ainda temos. Mas já apresentamos lucro em 2018, e já vislumbramos resultado positivo em 2019.

Assim, lenta e gradualmente procuraremos melhorar a prestação de serviço com mais assistência técnica, mais insumos para a produção, sempre atentando para as finanças que não estão resolvidas e não podem voltar a descontrolar.

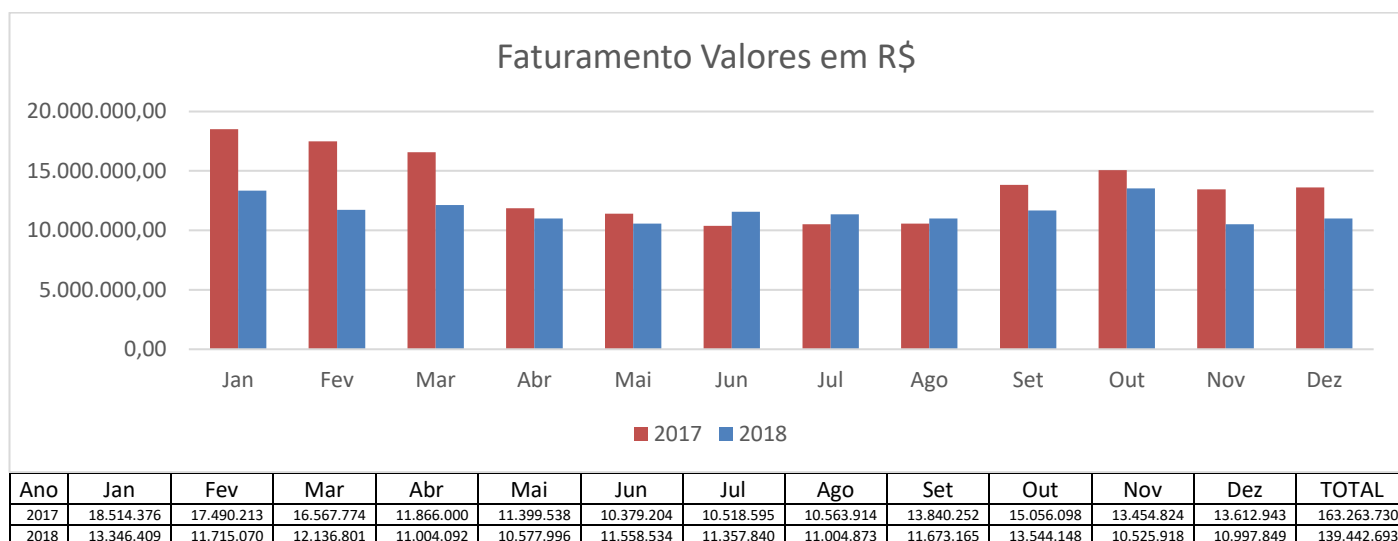
É isso, muita dificuldade ainda, mas sinais fortes de melhora nos espera, com muito trabalho e responsabilidade.

Todos nós, funcionários, conselheiros e associados, conseguiremos um 2019 melhor que 2018.

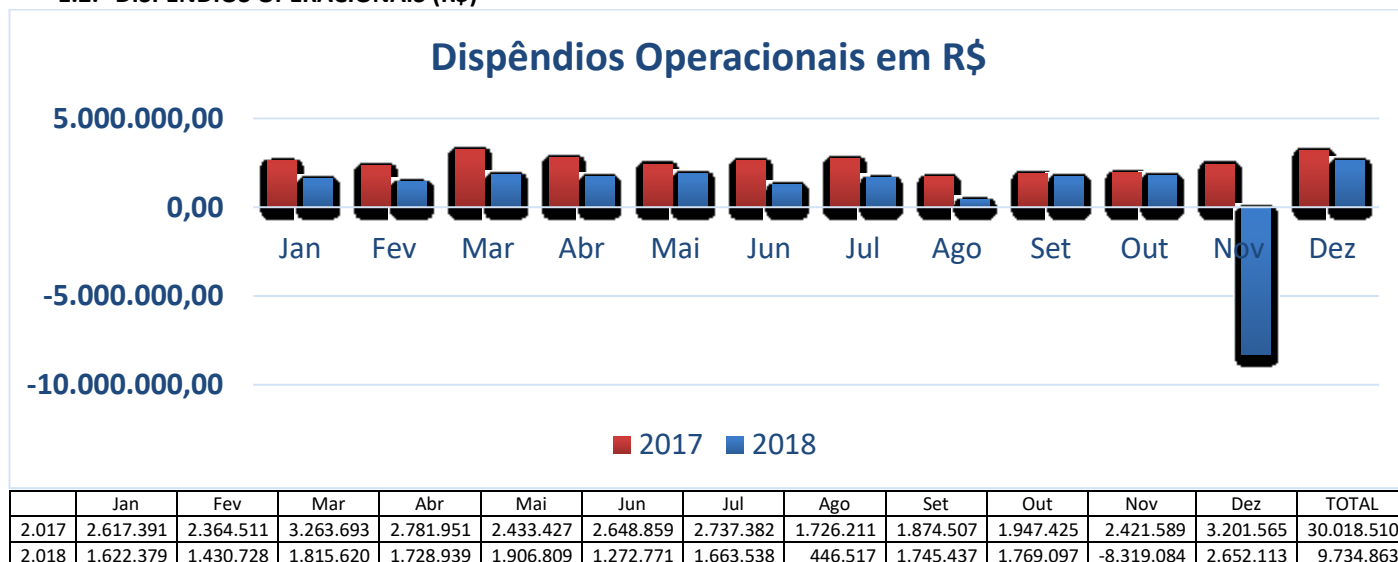
1. DADOS GERAIS

DEMONSTRATIVO DAS SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS COMPARATIVO 2018/2017			
Contas	2018	2017	2018/2017%
Ingressos/Receitas	139.442.693	163.263.730	-14,59%
Deduções	(10.328.273)	(10.721.261)	-3,67%
Custos	(113.945.002)	(132.996.603)	-14,32%
Sobras Brutas	15.169.418	19.545.866	-22,39%
Pessoal	(9.550.666)	(14.886.605)	-35,84%
Vendas	(2.581.368)	(3.788.720)	-31,87%
Gerais/Adm	(7.091.897)	(7.792.306)	-8,99%
Depreciação	(3.096.584)	(3.523.965)	-12,13%
Tributos	(801.821)	(2.490.539)	-67,81%
Rates	(357.594)	(469.936)	-23,91%
Outras Receitas	18.175.815	4.382.824	314,71%
Outras Despesas	(4.430.748)	(1.523.213)	190,88%
Dispendios Operacionais	(9.734.863)	(30.092.459)	-67,65%
RESULTADO OPERACIONAL	5.434.555	(10.546.593)	-151,53%
Resultado Financeiro	11.508.588	(8.829.385)	-230,34%
Sobras (Perdas) Exercício	16.943.143	(19.375.978)	-187,44%
IRPJ e CSLL	(241.131)	-	100,00%
Sobras (Perdas) Exercício	16.702.012	(19.375.978)	-186,20%

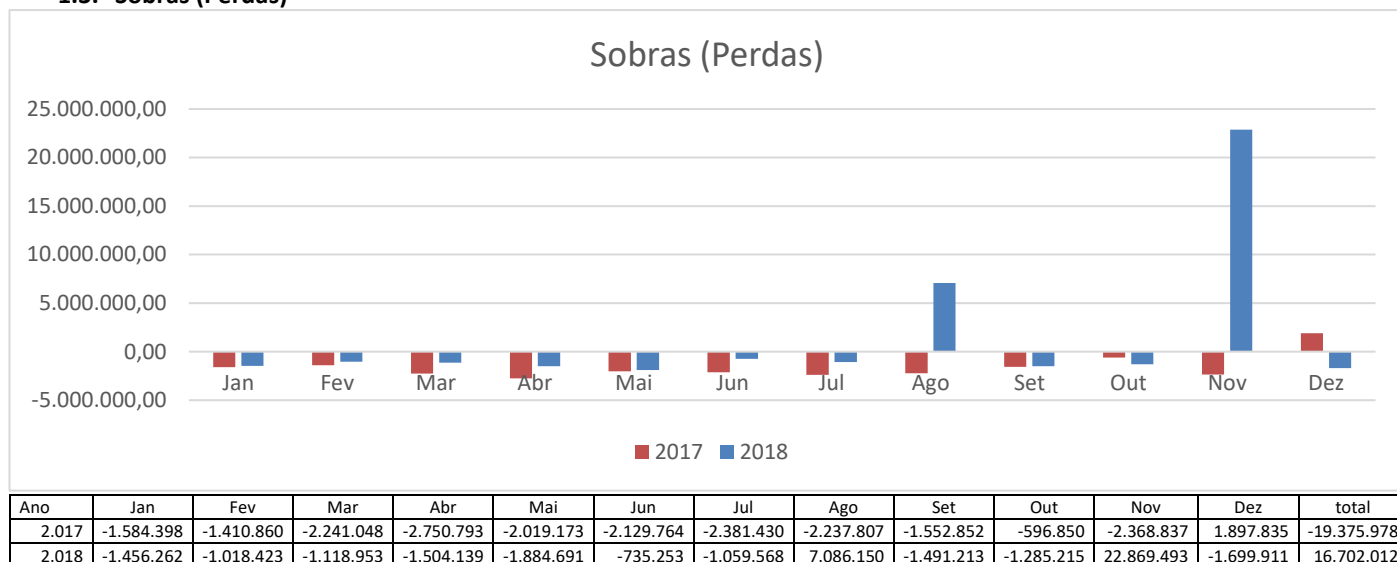
1.1. FATURAMENTO (R\$)



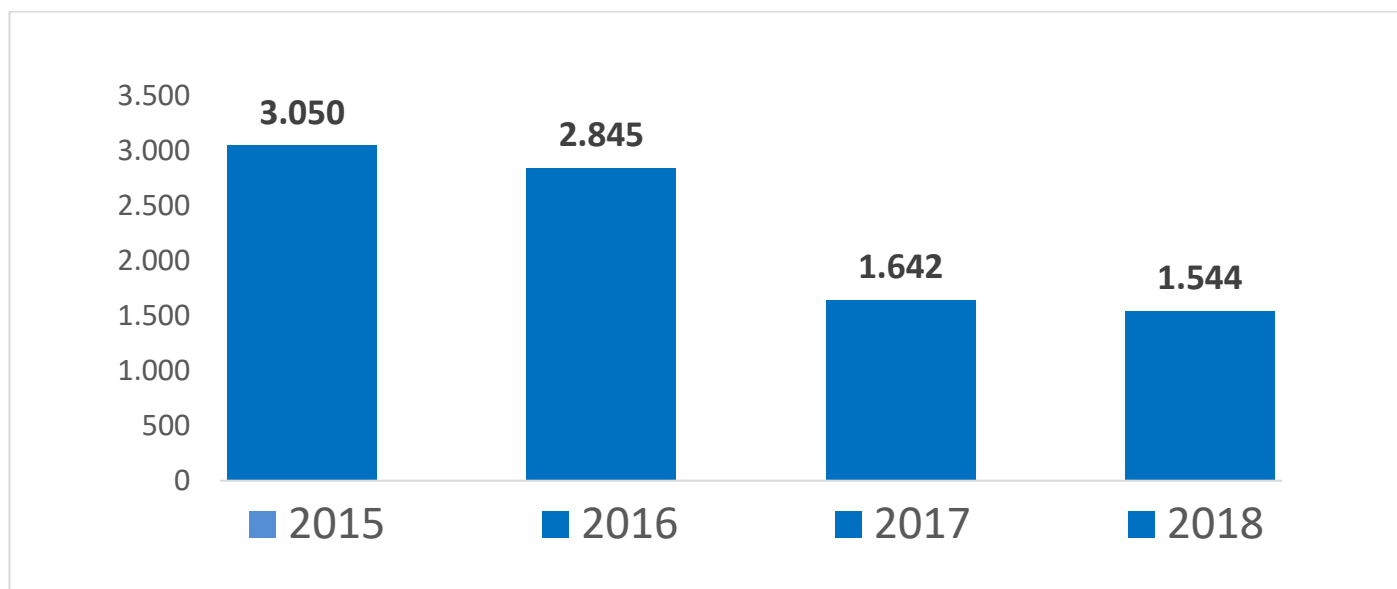
1.2. DISPÊNDIOS OPERACIONAIS (R\$)



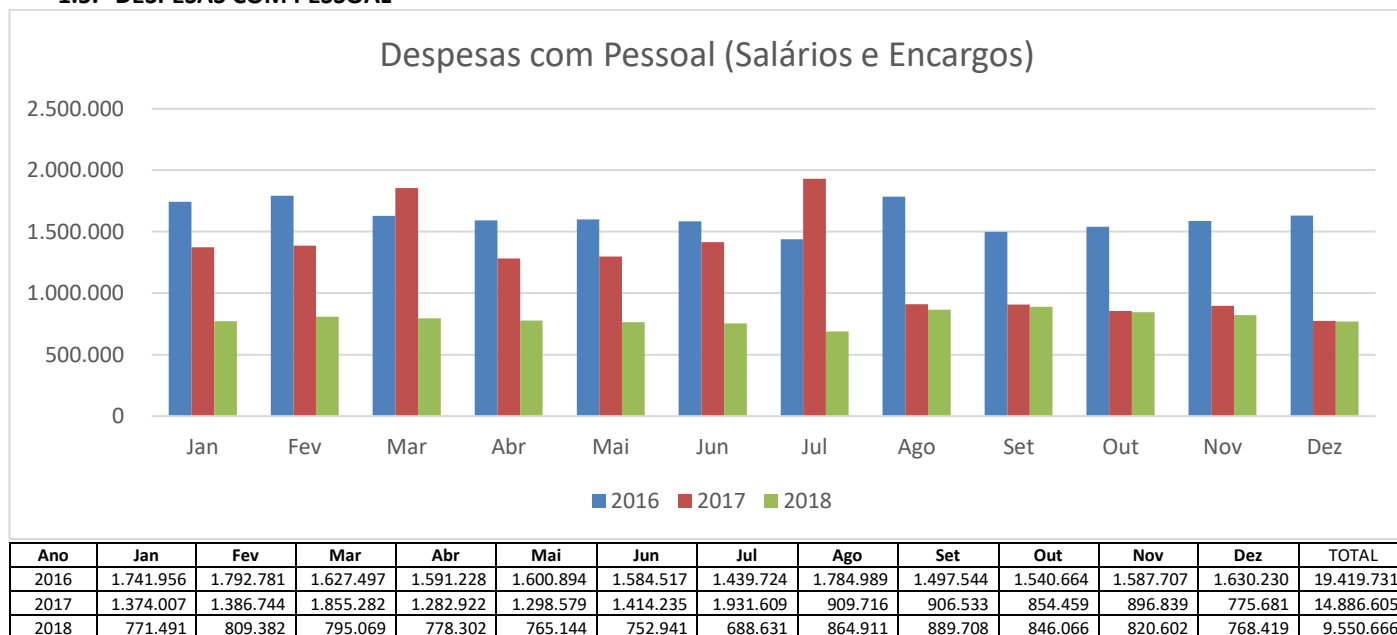
1.3. Sobras (Perdas)



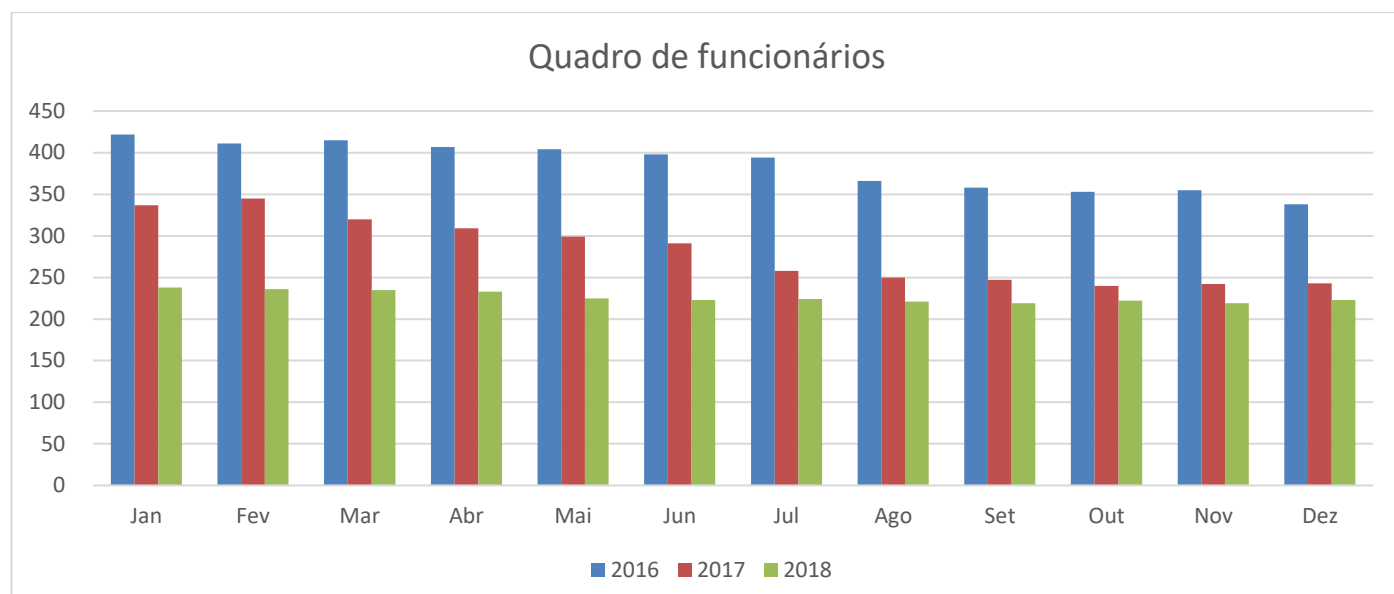
1.4. QUADRO SOCIAL



1.5. DESPESAS COM PESSOAL

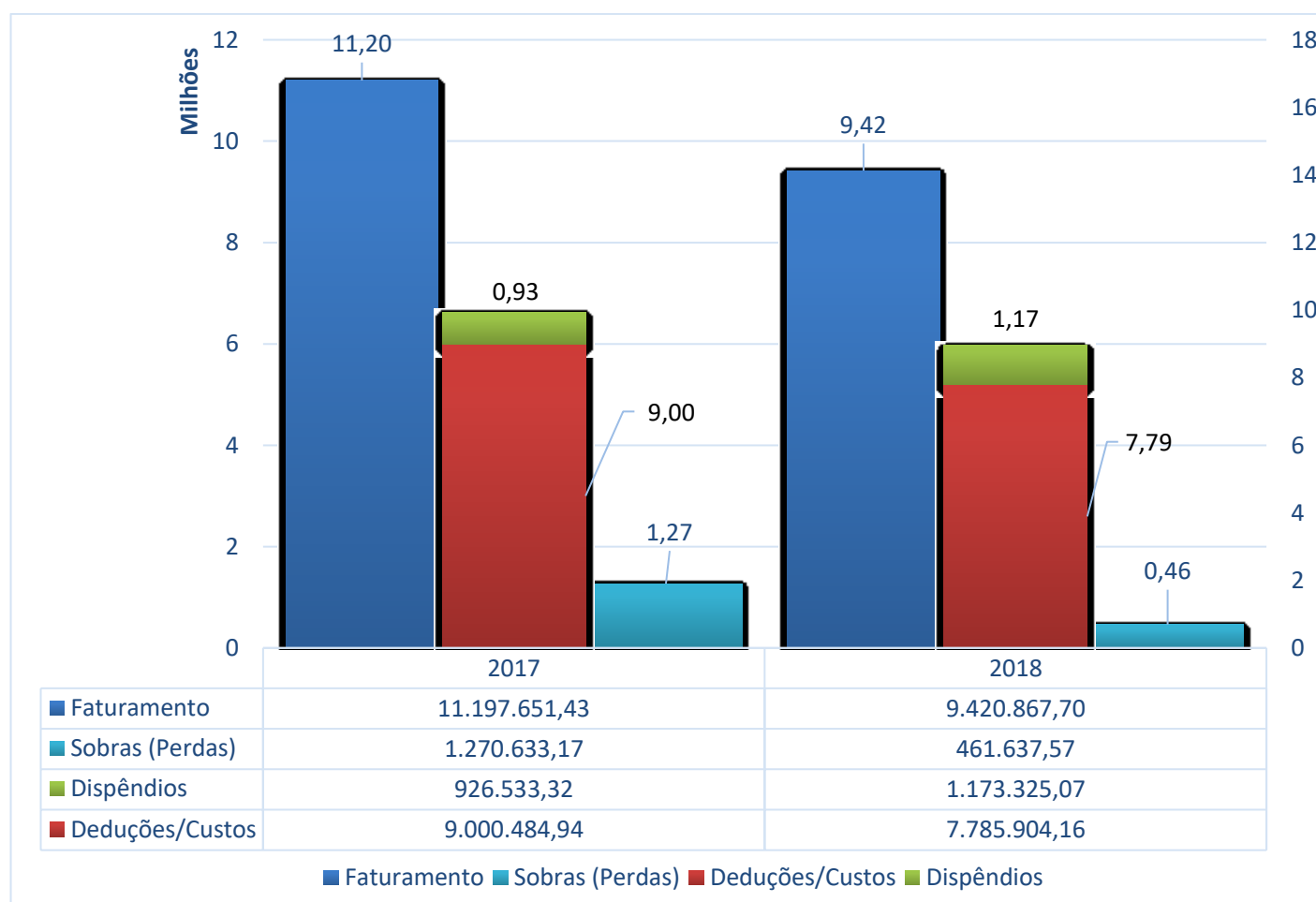


1.6. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

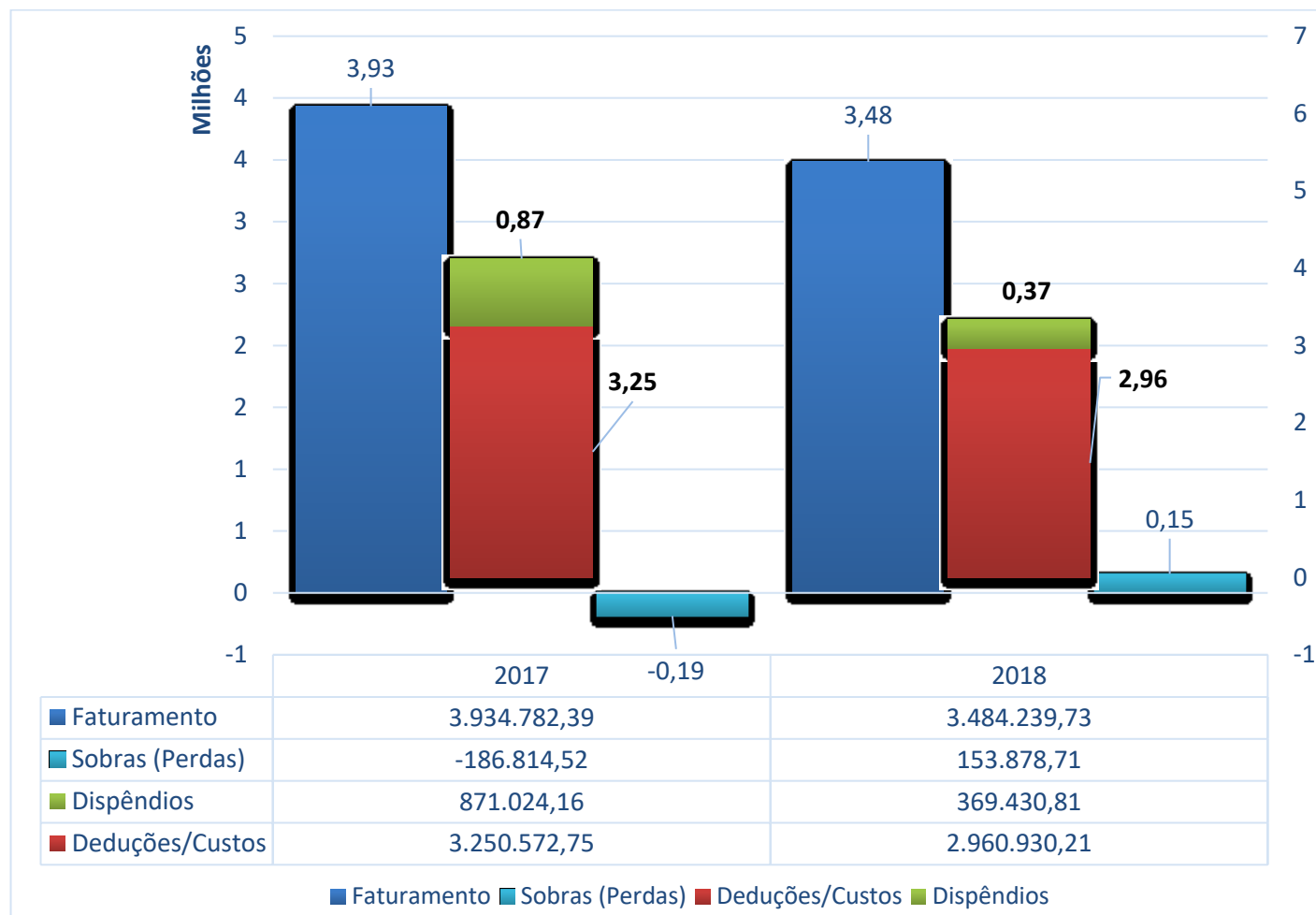


Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2016	422	411	415	407	404	398	394	366	358	353	355	338
2017	337	345	320	309	299	291	258	250	247	240	242	243
2018	238	236	235	233	225	223	224	221	219	222	219	223

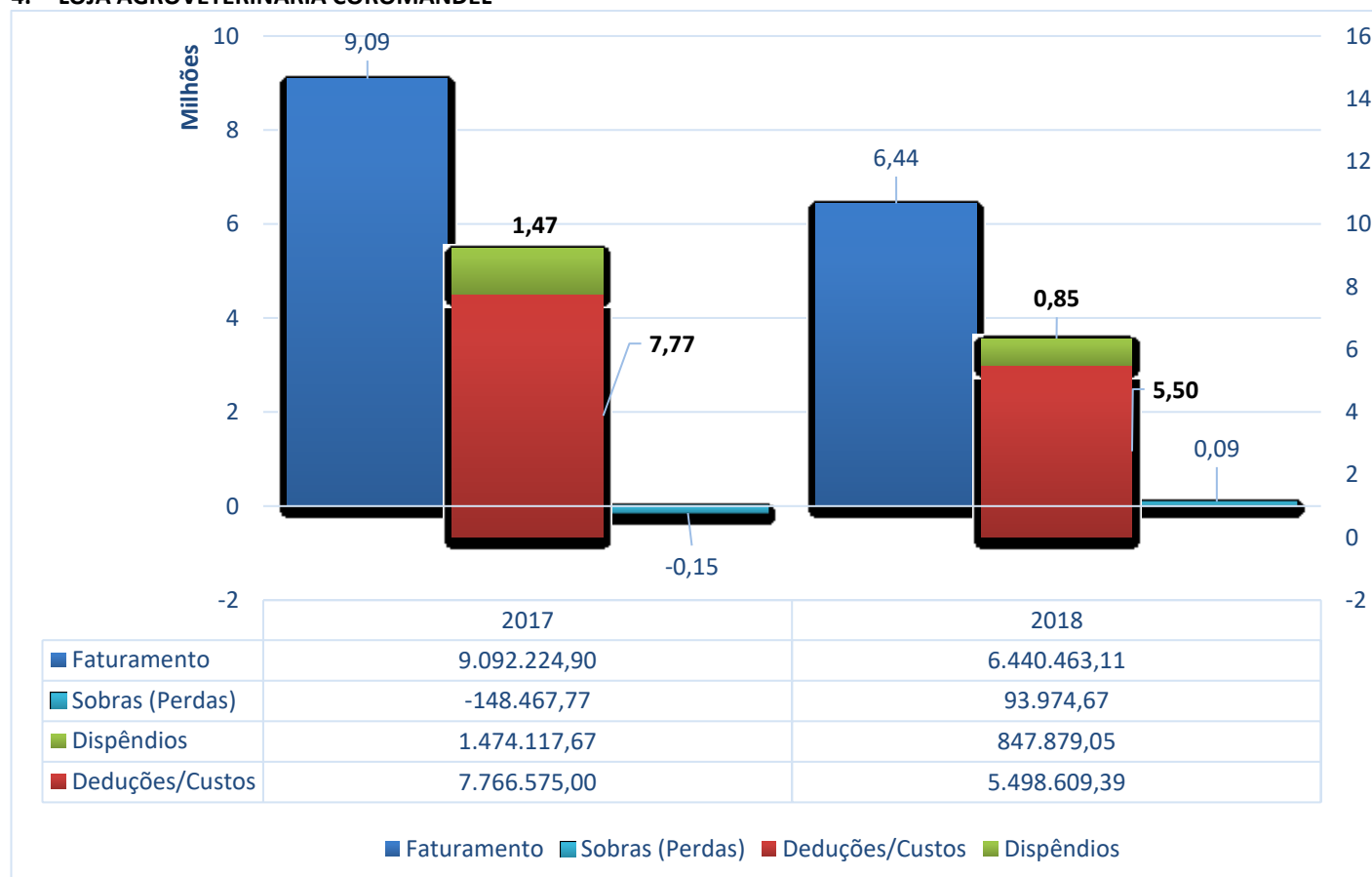
2. LOJA AGROVETERINÁRIA PATROCÍNIO



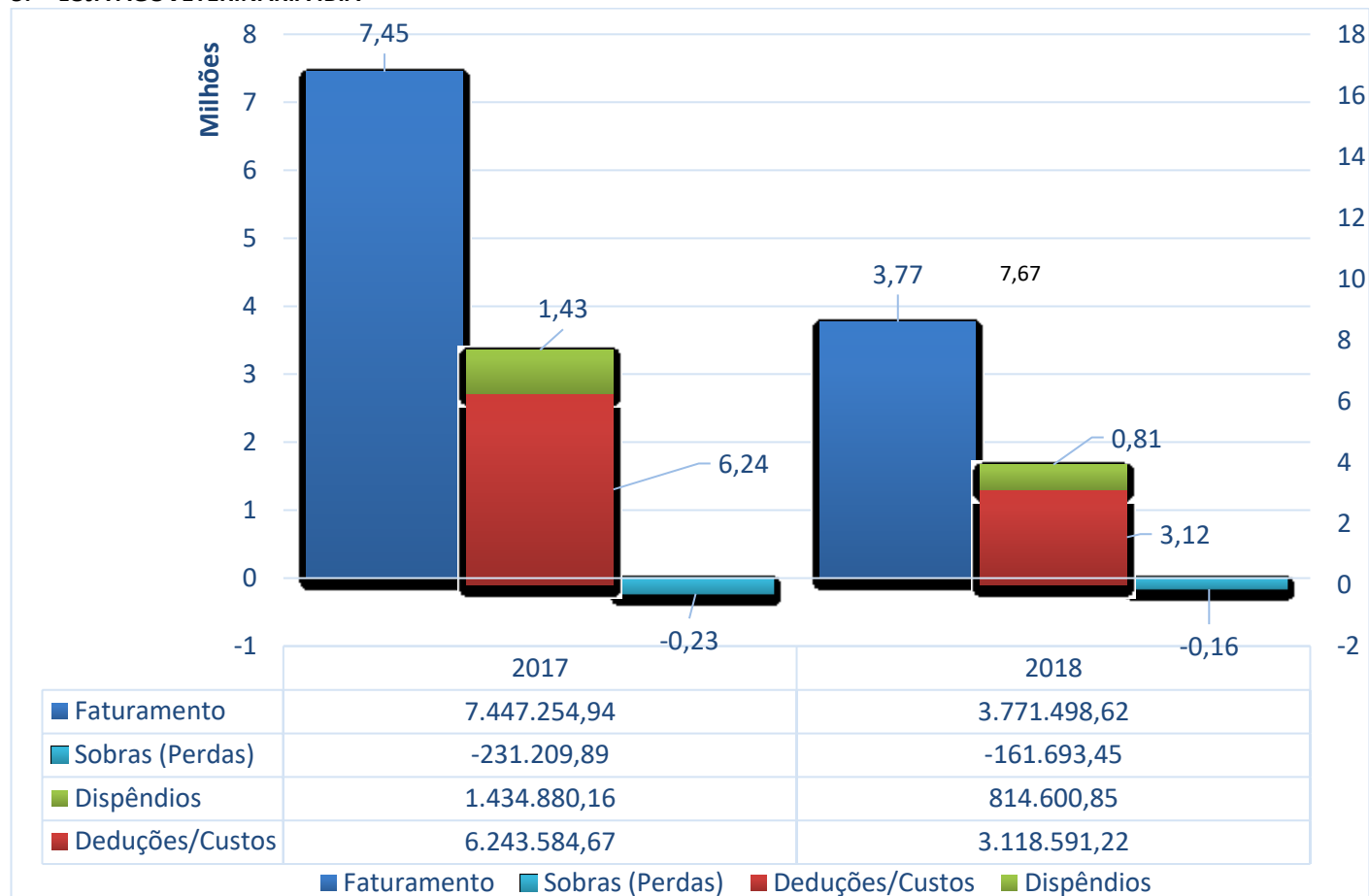
3. LOJA AGROVETERINÁRIA SERRA DO SALITRE



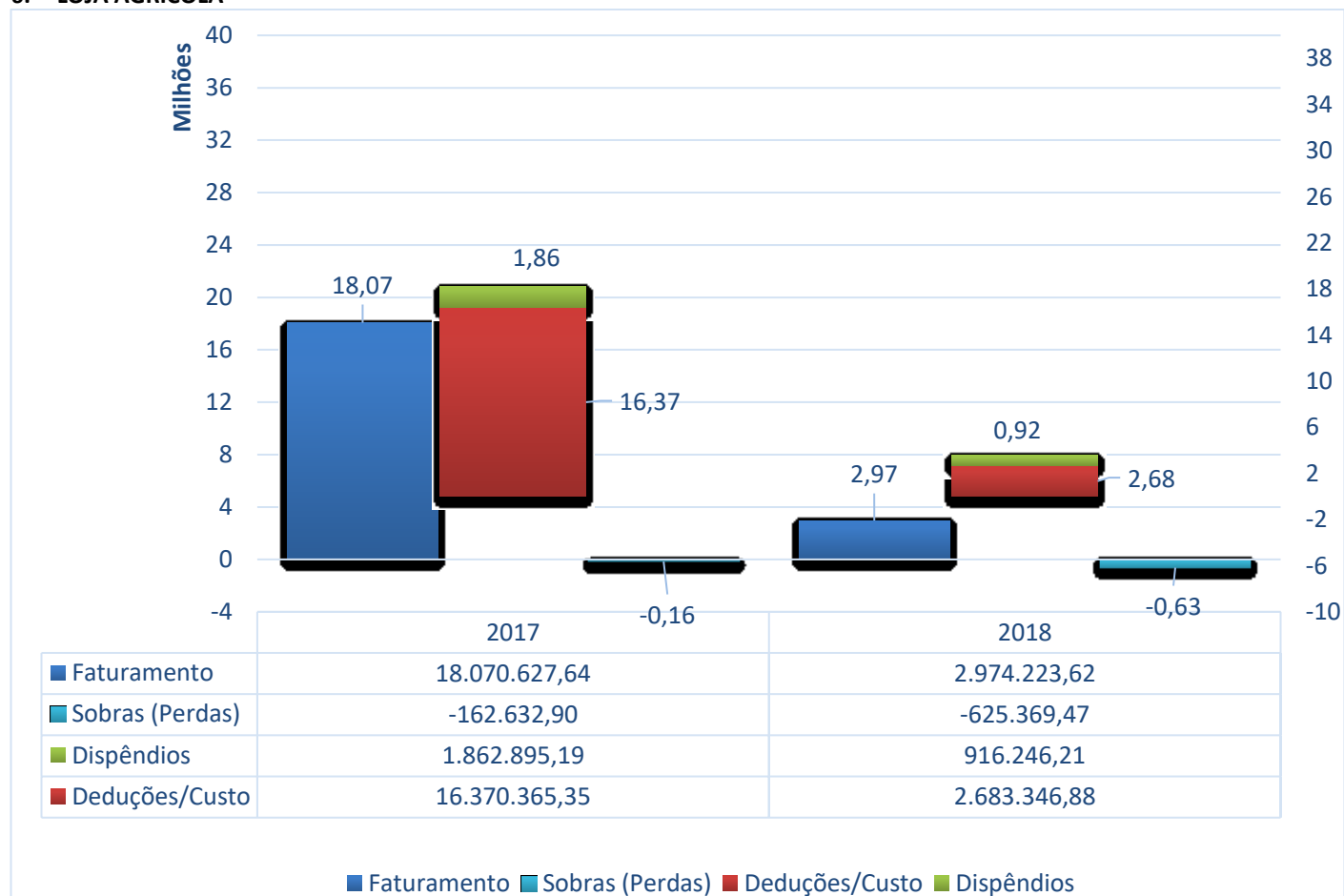
4. LOJA AGROVETERINÁRIA COROMANDEL



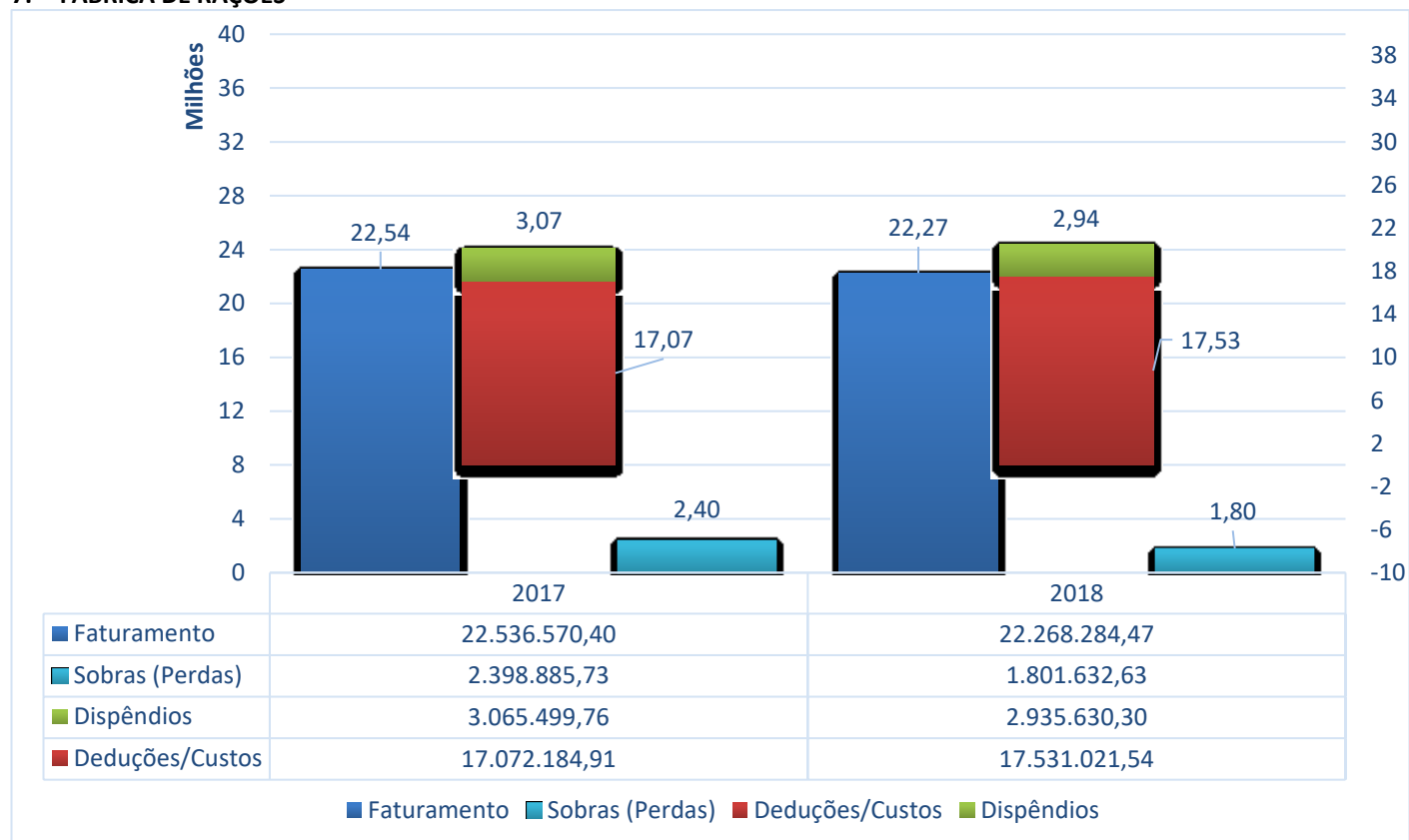
5. LOJA AGOVETERINARIA IBIÁ



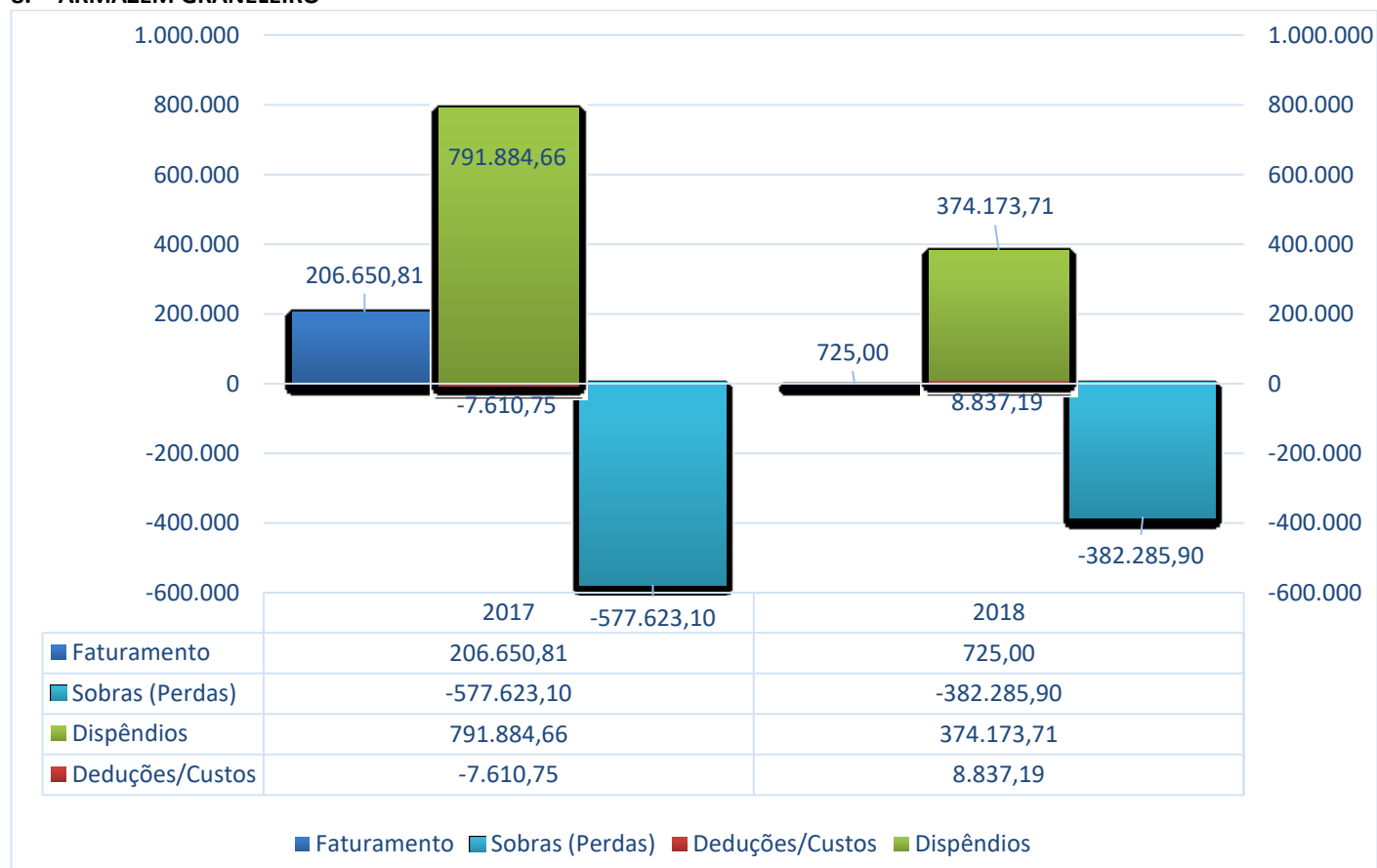
6. LOJA AGRÍCOLA



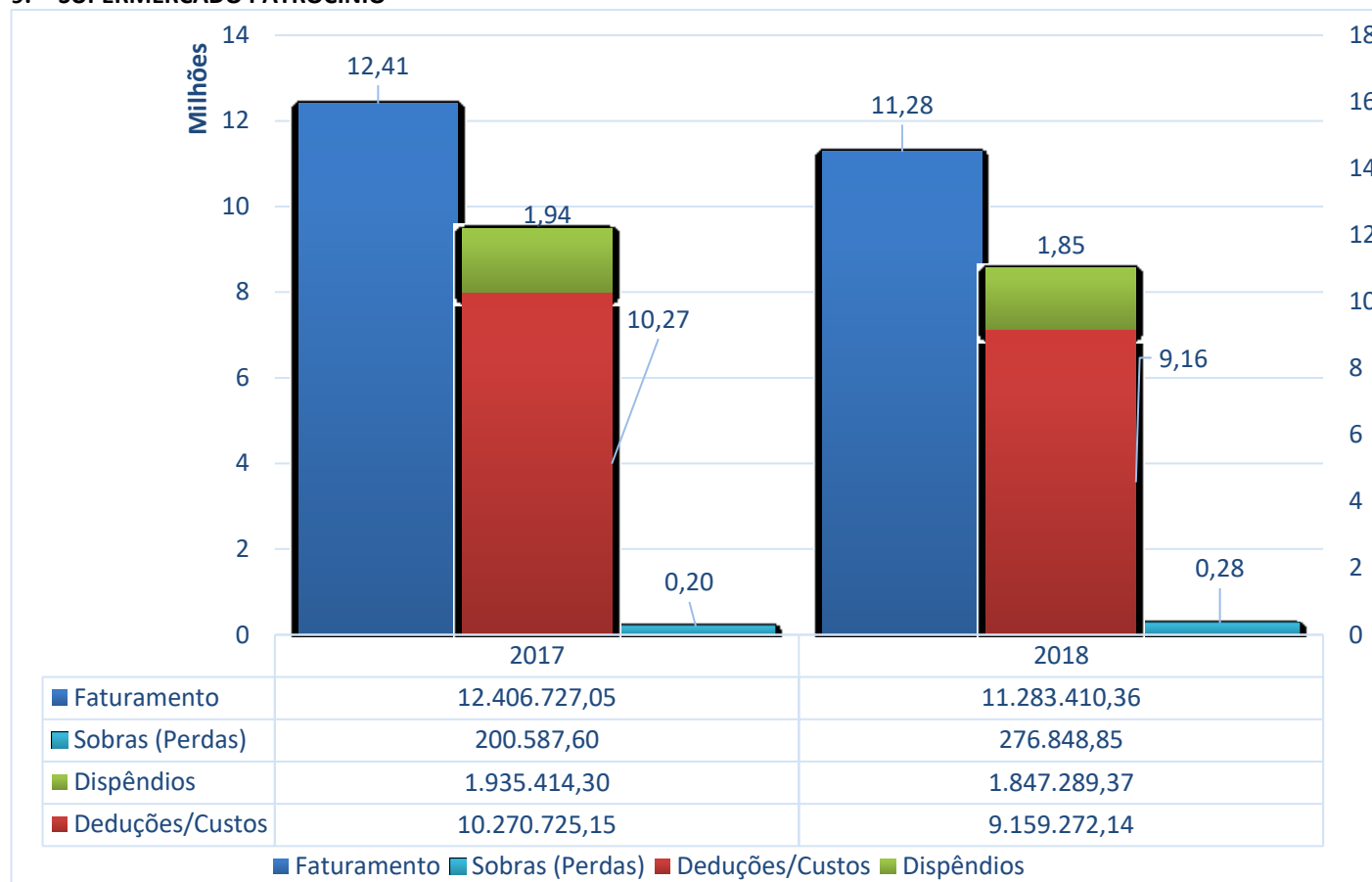
7. FÁBRICA DE RAÇÕES



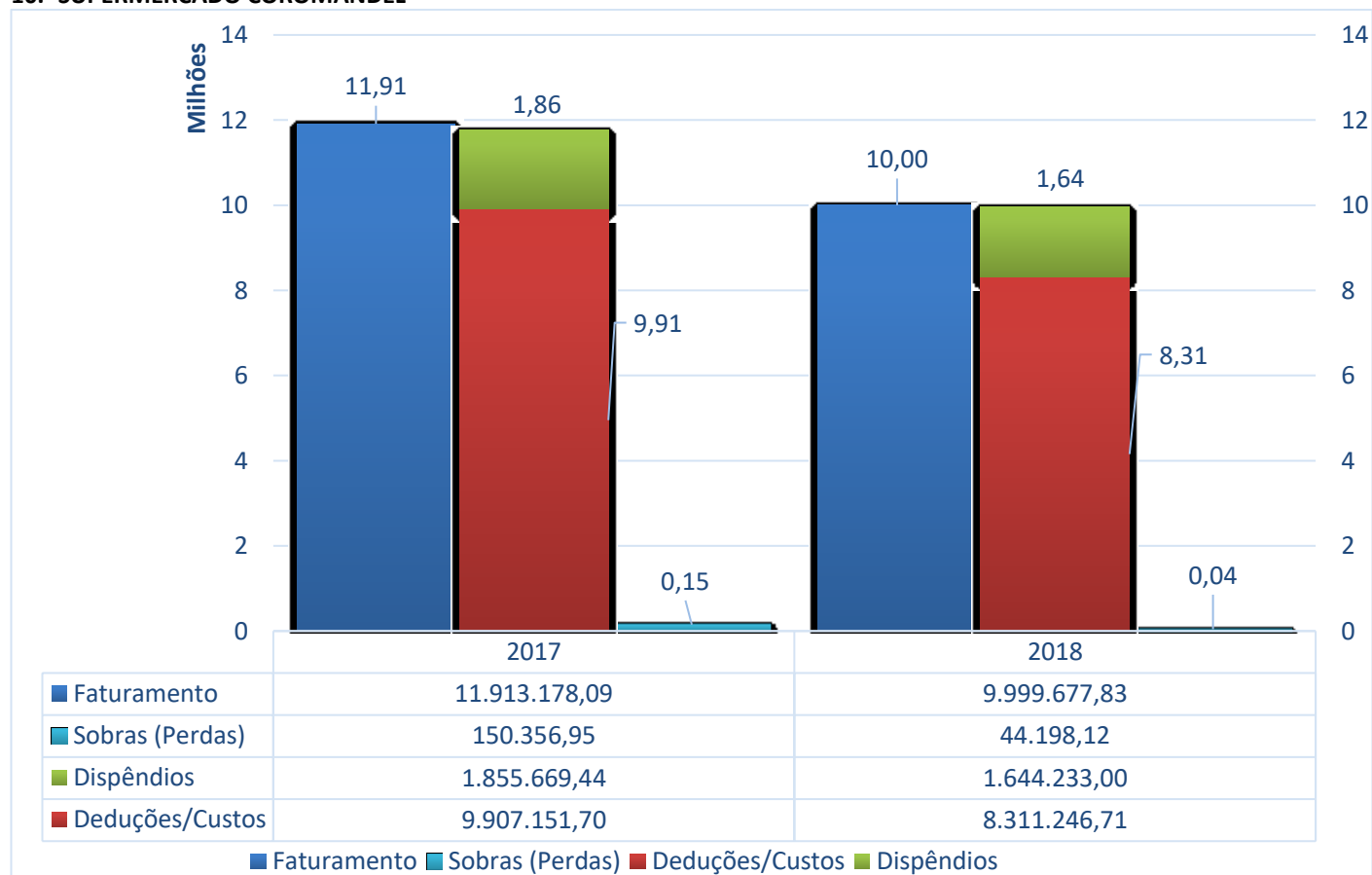
8. ARMAZÉM GRANELEIRO



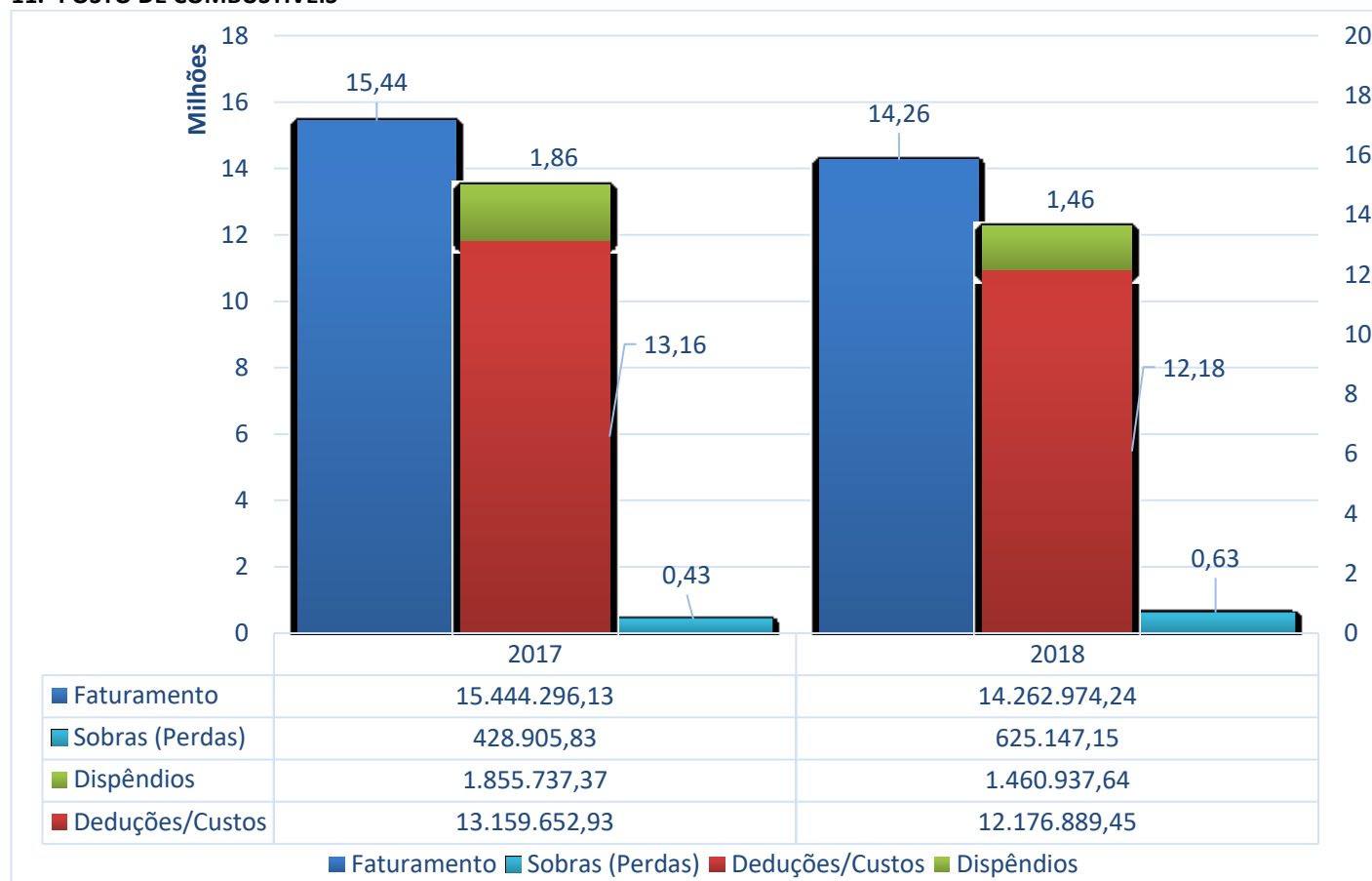
9. SUPERMERCADO PATROCÍNIO



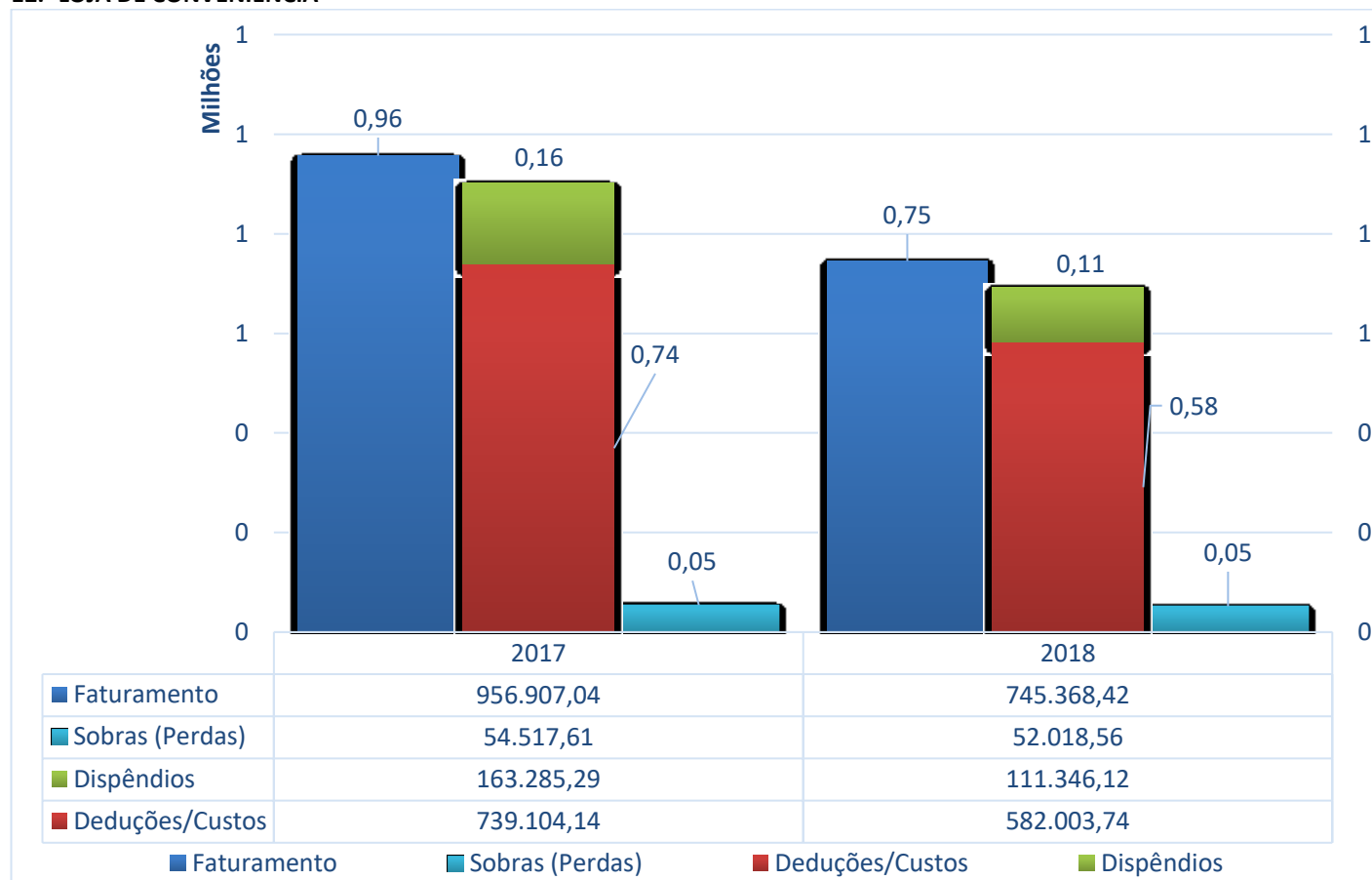
10. SUPERMERCADO COROMANDEL



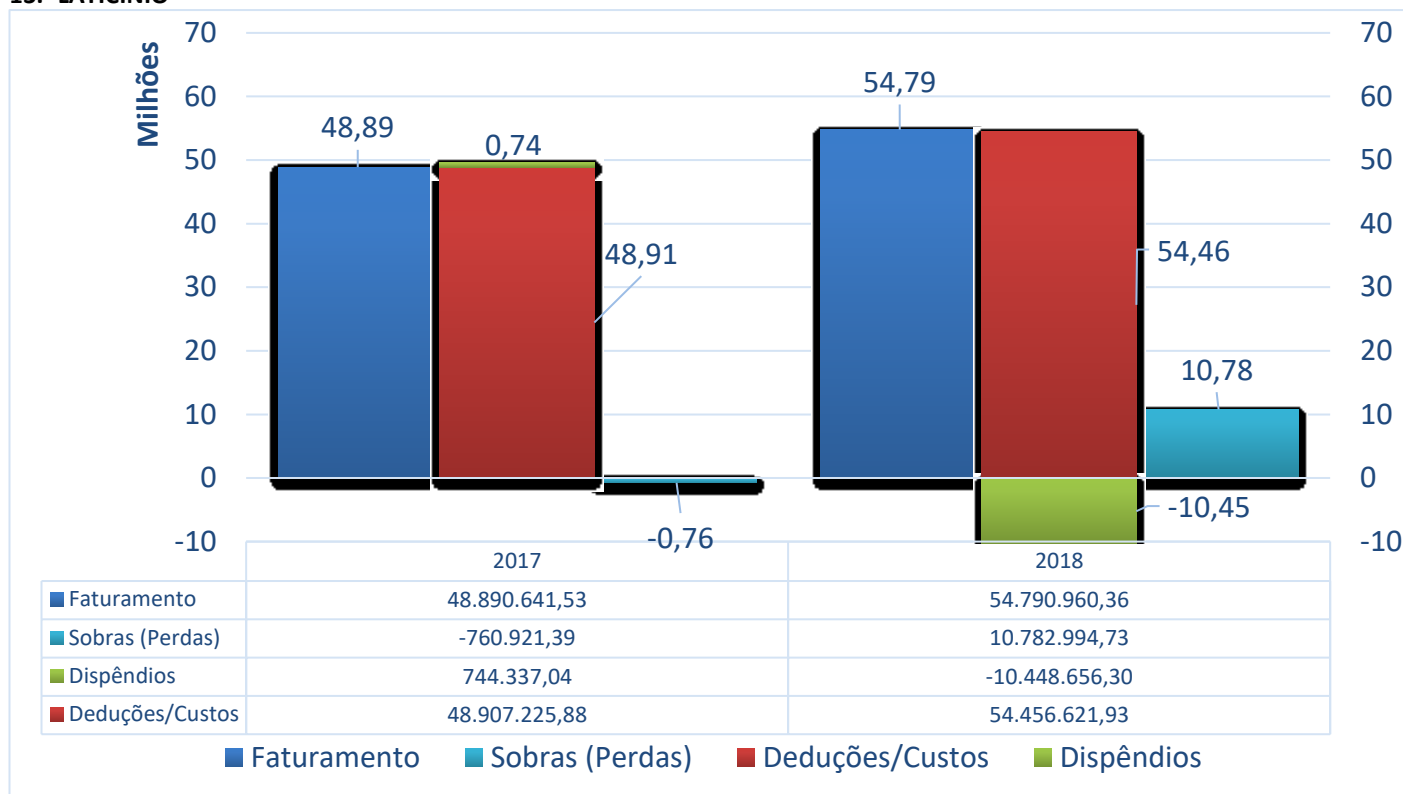
11. POSTO DE COMBUSTÍVEIS



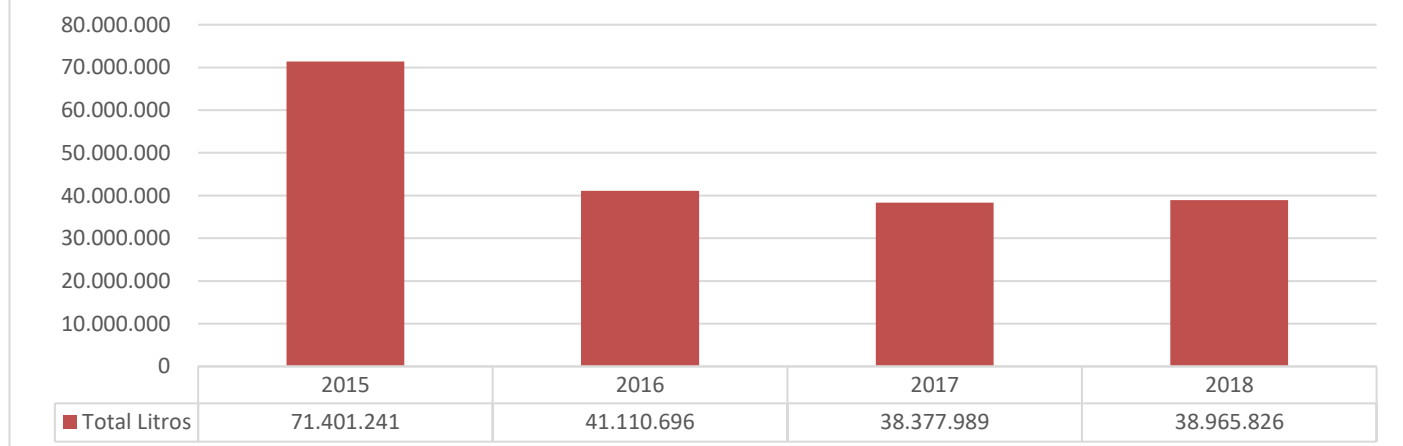
12. LOJA DE CONVENIÊNCIA



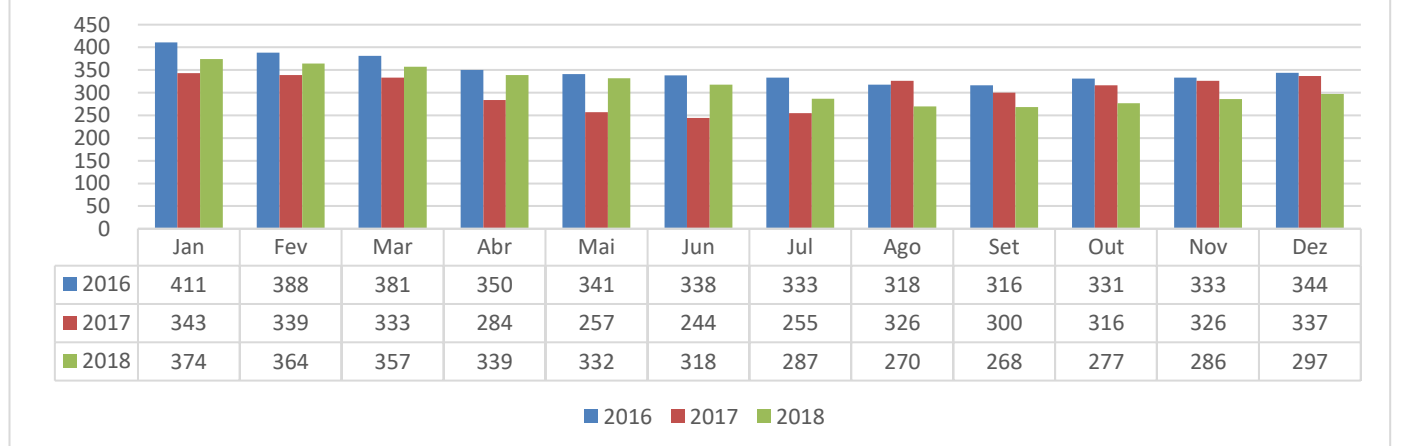
13. LATICÍNIO



Captação de leite em Litros



Quantidade de Fornecedores Leite



14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – COOPA

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o Relatório dos Auditores Independentes

14.1. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras



Av. Afonso Pena, 732 - 9º andar
Cep: 30130-003 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel.: (31) 3274-2900
e-mail: soltz@soltzaudidores.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cooperados e Administradores da
COOPERATIVA AGROPÉCUARIA DE PATROCÍNIO LTDA. - COOPA
Patrocínio – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e/ou possíveis efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Cooperativa não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade dos seus ativos fixos, conforme requerido no Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, ficamos impossibilitados de avaliar e opinar sobre a necessidade de eventuais reconhecimentos de perdas ou ganhos desses ativos por valores não quantificados.

A Cooperativa não revisou a vida útil de seu ativo imobilizado, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, CPC 27 – Ativo Imobilizado. A Cooperativa decidiu por manter a depreciação de seu ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pela legislação fiscal vigente. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a depreciação no exercício caso a revisão da vida útil houvesse sido realizada. Consequentemente, não nos foi possível determinar os impactos dessa revisão no ativo imobilizado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, e no resultado do exercício findo nesta data.



SOLTZ, MATTOSO & MENDES

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Receitas Financeiras

O valor de R\$ 7.608.458,51 (sete milhões, seiscentos oito mil, quatrocentos e cinquenta oito reais e cinquenta e um centavos) constante das Receitas Financeiras (juros ativos), tem origem em rendimentos de Depósito Judicial a favor da Receita Federal do Brasil. Em 16 de agosto de 2018, a COOPA protocolou junto a Receita Federal do Brasil sua adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRR), como prevê a Lei nº 13.606/18, cujo pleito encontra-se em processo de homologação. O Programa de Regularização Tributária (PRT) prevê a isenção de multa e juros. Deferido o pedido, o principal e os rendimentos dos depósitos judiciais retornarão à Cooperativa.

Ênfase - Desequilíbrio econômico-financeiro

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 8.942.656. A administração da Cooperativa está desenvolvendo um plano de ações para o equilíbrio e fortalecimento da situação patrimonial e financeira, conforme descrito na nota explicativa 1, e considera que as medidas serão suficientes para equilibrar a situação patrimonial. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias



SOLTZ, MATTOSO & MENDES

abertas e, portanto, está sendo apresentada no caso da Cooperativa como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está sendo adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Este assunto está divulgado pela administração na Nota Explicativa 1.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o



**SOLTZ, MATTOSO
& MENDES**

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de Fevereiro de 2019

SOLTZ, MATTOSO & MENDES
Auditores Independentes
CRCMG Nº 002.684/O

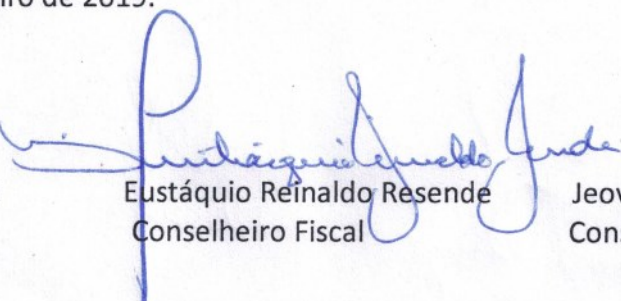
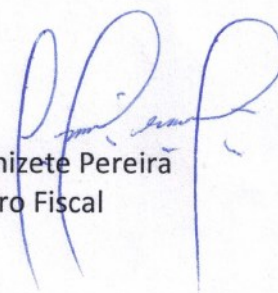
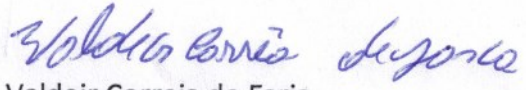
José Roberto de Almeida Mendes
Contador CRCMG 19.932/O-9

14.2. – Parecer do Conselho Fiscal**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Como membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Agro Pecuária de Patrocínio Ltda., no uso das atribuições estatutárias, examinamos as operações sociais, como: Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Sobras e Perdas, acompanhadas de Notas Explicativas da Diretoria e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Baseados no exame e nas informações suplementares obtidas da Auditoria Externa, somos de parecer que as contas apresentadas representam a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, merecendo aprovação dos senhores associados.

Patrocínio, 22 de fevereiro de 2019.

 Advaldo Pereira da Cruz Conselheiro Fiscal	 Eustáquio Reinaldo Resende Conselheiro Fiscal	 Jeová Donizete Pereira Conselheiro Fiscal
 Lázaro Luiz Fernandes Conselheiro Fiscal	 Valdeir Correia de Faria Conselheiro Fiscal	

14.3. –Balanços Patrimoniais

Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – COOPA

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 - Em reais

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.231.262	1.347.845	Empréstimos e financiamentos	11	32.233.584	47.712.644
Contas a receber	5	17.691.170	20.661.846	Fornecedores	12	16.466.474	16.431.655
Estoques	6	12.213.715	15.409.205	Obrigações com cooperados	13	2.290.206	3.142.348
Impostos e contribuições a recuperar	7	26.880.303	7.165.262	Obrigações sociais e trabalhistas	14	3.718.570	3.559.236
Outros créditos		5.424	5.530	Impostos e contribuições a recolher	15	13.624.808	3.278.087
Despesas antecipadas		229.335	219.006	Provisão de férias e encargos		784.506	860.760
Total do ativo circulante		60.251.209	44.808.694	Outras obrigações		75.717	147.007
Não circulante				Total do passivo circulante		69.193.865	75.131.737
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Contas a receber	5	51.666.719	23.674.734	Empréstimos e financiamentos	11	8.625.687	18.800.889
Depósitos judiciais	15	2.406.785	1.304.486	Fornecedores	12	3.536.710	5.848.870
Impostos e contribuições a recuperar	7	16.558	50.734	Obrigações sociais e trabalhistas	14	8.056.704	4.558.080
Outros créditos		3.777	4.917	Capital a restituir		5.976.231	6.017.065
Investimentos	8	482.528	27.261.857	Provisão para contingências	16	1.304.486	1.304.486
Imobilizado	9	17.585.774	22.117.945	Total do passivo não circulante		27.499.818	36.529.390
Intangível	10	9.504.235	11.044.965	Patrimônio líquido	17		
Total do ativo não circulante		81.666.376	85.459.638	Capital social		30.065.669	43.332.513
Total do ativo		141.917.585	130.268.332	Capital a integralizar		(6.905.234)	(10.886.845)
				Reserva de reavaliação		3.994.736	5.361.455
				Reserva Legal		1.614.156	
				Reserva Rates		1.086.570	
				Perdas acumuladas		15.368.005	(19.199.918)
				/ Sobras a disposição da AGO			
				Total do patrimônio líquido		45.223.902	18.607.205
				Total do passivo e do patrimônio líquido		141.917.585	130.268.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.4. - Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 - Em reais

	Nota	2018	2017
Ingresso operacional líquido	18	129.114.421	152.542.470
Dispêndios de produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados		(113.945.002)	(132.996.603)
Sobra bruta		15.169.419	19.545.867
(Dispêndios) ingressos operacionais			
Dispêndios com pessoal		(9.550.668)	(14.886.605)
Dispêndios administrativos e gerais		(13.929.264)	(18.065.466)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		-	-
Outros ingressos operacionais líquidos	19	14.653.163	2.820.730
Resultado de participações em cooperativas	20	(908.095)	38.881
		(9.734.864)	(30.092.460)
Sobra antes do resultado financeiro		5.434.555	(10.546.593)
Resultado financeiro	21		
Ingressos financeiros		20.890.859	9.808.995
Dispêndios financeiros		(9.382.271)	(18.638.377)
		11.508.588	(8.829.382)
Sobra (perda) líquida do exercício		16.943.143	(19.375.975)
Imposto de Renda e Contribuição Social	22		
Contribuição Social		(77.407)	
Imposto de Renda		(163.724)	
		(241.131)	
Sobra (perda) líquida do exercício		16.702.012	(19.375.975)
Utilização da RATES		280.960	-
Realização da reserva de reavaliação		1.366.719	176.057
Constituição de Reserva legal		(1.614.156)	-
Constituição de RATES		(1.367.530)	-
Sobras à disposição da AGO		15.368.005	(19.199.918)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.5. – Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 - Em reais

	2018	2017
Sobra (Perda) líquida do exercício	16.702.012	-19.375.975
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	16.702.012	-19.375.975

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.6. - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Capital Social a Integralizar	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva para contingências	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 01 de dezembro de 2017	43.332.513	(10.886.845)	-	5.361.455	-	-	(19.199.918)	18.607.205
Incorporação de sobras em capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição perdas do exercício	-	-	-	-	-	-	17.360.067	17.360.067
Capital social a integralizar	10.886.845	(10.886.845)	-	-	-	-	-	-
Integralizações de capital _ AGO	2.350.218	-	-	-	-	-	-	2.350.218
Integralizações de capital – Novos Cooperados	15.000	-	-	-	-	-	-	15.000
Baixas de capital	(1.306.538)	-	-	-	-	-	-	(1.306.538)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(176.057)	-	-	176.057	-
Compensação do prejuízo com terceiros com a reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação do prejuízo com reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda do exercício	-	-	-	-	-	-	(19.375.975)	(19.375.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	43.332.513	(10.886.845)	-	5.361.455	-	-	(19.199.918)	18.607.205
Incorporação de sobras em capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição perdas do exercício	(12.295.908)	-	-	-	-	-	19.199.918	6.904.010
Capital social a integralizar	-	3.981.611	-	-	-	-	-	3.981.611
Integralizações de capital _ AGO	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralizações de capital	10.000	-	-	-	-	-	-	10.000
Novos Cooperados	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas de capital	(980.936)	-	-	-	-	-	-	(980.936)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.366.719)	-	-	1.366.719	-
Constituição Reserva Legal/Estatutária	-	-	1.614.156	-	-	807.078	(2.421.234)	-
Rates resultado não cooperados	-	-	-	-	-	560.452	(560.452)	-
Compensação prejuízo com reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	(280.960)	280.960	-
Sobra (Perda) do exercício	-	-	-	-	-	-	16.702.012	16.702.012
Saldos em 31 de dezembro de 2018	30.065.669	(6.905.234)	1.614.156	3.994.736	-	1.086.570	15.368.005	45.223.902

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.7. - Demonstrações dos fluxos de caixa

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra (Perda) líquida do exercício	16.702.012	(19.375.975)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	3.096.584	3.524.231
Valor residual das baixas do imobilizado	3.248.470	436.389
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(25.021.309)	(1.037.968)
Estoques	3.195.490	17.960.668
Outros ativos circulantes e não circulantes	(20.792.247)	(1.887.223)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(2.875.113)	(10.611.724)
Obrigações com cooperados	(852.142)	(59.750)
Obrigações sociais, trabalhistas e provisão de férias e encargos	3.581.704	2.686.938
Impostos e contribuições a recolher	10.346.721	1.324.727
Outros passivos circulantes e não circulantes	485.648	1.202.737
Recursos líquidos provenientes das operações	(8.884.182)	(5.836.950)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em investimentos	26.779.329	(679.268)
Aquisições do imobilizado e do intangível	(272.153)	(1.339.145)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	26.507.176	(2.018.413)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros	-	40.124.459
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e juros	(25.654.262)	(62.112.457)
Integralizações de capital	10.000	15.000
Baixas de capital	(980.936)	(1.306.538)
Distribuição perdas	19.199.918	17.360.067
Baixa Distribuição perdas c/capital	(12.295.908)	-
Integralização capital conf. AGO	3.981.611	-
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(15.739.577)	(5.919.469)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.883.417	(13.774.832)
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.231.262	1.347.845
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.347.845	12.772.459
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.883.417	(11.424.614)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.8. - Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 - Em reais

	2.018	2.017
Receitas		
Vendas de produtos e mercadorias	136.102.230	161.190.536
Serviços prestados	3.340.464	2.073.194
Outros ingressos	14.951.843	3.708.931
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-
	154.394.537	166.972.661
Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos	(113.945.002)	(132.996.603)
Outros insumos adquiridos	(1.879.359)	(2.921.374)
Materiais e serviços de terceiros	(9.598.983)	(11.279.367)
	(125.423.344)	(147.197.344)
Valor adicionado bruto	28.971.193	19.775.317
Retenções		
Depreciações e amortizações	(3.096.584)	(3.523.965)
Valor adicionado líquido	25.874.609	16.251.352
Valor adicionado transferido		
Ingressos financeiros	20.890.859	9.808.995
Resultado de participações em cooperativas	(908.095)	38.881
	19.982.764	9.847.876
Valor adicionado a distribuir	45.857.373	26.099.228
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	8.097.781	12.900.141
Remuneração	5.233.674	7.430.846
Encargos sociais (exceto INSS)	723.092	1.764.200
Transporte	16.475	13.778
Auxílio alimentação	441.732	486.429
Gratificação	39.229	60.383
Seguro de vida e convênio médico	264.918	366.334
Férias e 13º salários	1.102.815	1.741.602
Honorários da administração e cédula de presença	120.000	270.809
Indenizações	104.115	680.861
Outros	51.731	84.899
Governo	11.066.631	12.265.285
INSS	1.704.627	2.332.114
ICMS	7.411.765	6.808.338
ISS	1.610	7.827
IOF	67.760	334.010
Contribuição social e Imposto de Renda	241.131	-
Outros	1.639.738	2.782.996
Financiadores	9.635.292	19.409.680
Dispêndios financeiros	9.314.511	18.304.367
Aluguéis	320.781	1.105.313
Cooperados	17.057.669	(18.475.878)
Despesas com assistência técnica, educacional e social	355.657	900.097
(Perda) sobra líquida do exercício	16.702.012	(19.375.975)
Valor adicionado distribuído	45.857.373	26.099.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 - Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa (“Cooperativa”) que contava com 1.544 e 1.642 cooperados ao final de 2018 e de 2017, respectivamente, tem por objetivo a defesa econômica e social dos seus cooperados, dentro dos princípios do cooperativismo, promovendo o estímulo ao desenvolvimento progressivo, à defesa de suas atividades sociais e econômicas de caráter comum e a venda em comum da sua produção agrícola e/ ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 8.942.655,06(R\$ 30.323.044.72 em 2017). A Administração da Cooperativa está desenvolvendo um plano de ações para o equilíbrio e fortalecimento da situação patrimonial e financeira, com a consequente melhoria de performance. Portanto, não espera problemas relacionados à continuidade normal das suas operações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida em 15 de fevereiro de 2019 pela Administração da Cooperativa.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma, na respectiva nota explicativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos, receitas, dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. As aquisições ou alienações de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data da renegociação. A Cooperativa somente possui ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

a.2 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem o caixa e equivalentes de caixa, e as contas a receber de cooperados e terceiros.

A Cooperativa baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para outra entidade.

a.3 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem como passivo financeiro os empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

c Contas a receber

As contas a receber, tanto de terceiros como de cooperados, correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) e o ajuste a valor presente. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* e ajuste a valor presente, se necessário.

d Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

e Investimentos

Representados substancialmente por participações societárias no sistema cooperativista avaliadas pelo custo de aquisição e ajustadas ao valor justo, que corresponde à efetiva participação da Cooperativa no capital social das investidas. Os demais investimentos estão avaliados pelo método de custo. Em 2018, a redução do valor de investimentos refere-se ao desligamento da Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda – CEMIL.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustado por reavaliação de ativos para os bens das contas de terrenos, edificações e benfeitorias, veículos, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de informática com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Intangível

Representado por gastos com softwares adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

h Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

i Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e subsequencialmente demonstrados pelo custo amortizado.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, em despesas financeiras, em que são incorridos.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

j Fornecedores e obrigações com cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

k Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

l Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

A Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2017 aprovou uma capitalização de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por associado ativo em 8 parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (mil reais) para os associados com movimentação econômica financeira menor que R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) e de 4 parcelas mensais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para os associados com movimentação econômica financeira maior que R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

A Assembleia Geral Extraordinária de 17 de julho de 2017, ampliou o prazo de pagamento em até 36 parcelas de acordo com a movimentação do cooperado.

n Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação (basicamente depreciação do ativo não circulante imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, no patrimônio líquido.

o Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Reconhecimento de ingressos ou receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

q.1 Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

q.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

r Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

r.1 Correntes

A Cooperativa, por alinhar um perfil de entidade sem objetivo de lucro, tem o resultado de suas operações, realizadas com cooperados, isento do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

O resultado apurado pela Cooperativa com operações realizadas com não cooperados é tributado pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre o lucro líquido com base nas alíquotas vigentes.

s Aplicação de julgamento e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

p.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - *impairment*

As perdas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com expectativa de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantias reais, históricos e outras características.

p.2 Provisão para *impairment* de tributos a recuperar (PIS e COFINS)

A provisão para *impairment* de determinados tributos a recuperar (basicamente PIS e COFINS) é calculada mediante a análise das atuais perspectivas de realização, passando por uma avaliação sobre a natureza dos créditos, canais de recuperação, cenário das atividades no atual ambiente tributário e histórico dessas operações.

p.3 Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cooperativa é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

p.4 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

A Cooperativa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

p.5 Provisão para contingências

A Cooperativa é parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. As demandas com risco de perda classificado como provável são contabilizadas, as demandas com risco de perda possível são divulgadas em nota explicativa e as demandas com risco de perda remota não são divulgadas, conforme norma contábil específica.

t Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

u Demonstrações do valor adicionado

Apesar da demonstração do valor adicionado não ser requerida da Cooperativa pela legislação societária brasileira, estas estão sendo apresentadas como informação suplementar, e foram elaboradas conforme a norma pertinente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e numerários em trânsito	350.297	262.494
Bancos conta movimento	2.875.865	922.217
Aplicações financeiras	5.100	163.134
	3.231.262	1.347.845

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em “Aplicações financeiras” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação.

5 Contas a receber

a Composição do saldo

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cooperados	11.473.604	41.491.086	52.964.690	21.259.071	31.344.025	52.603.096
Cientes	12.304.209	18.670.992	30.975.201	5.552.742	889.347	6.442.089
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(5.895.153)	(8.481.364)	(14.376.517)	(5.895.153)	(8.481.364)	(14.376.517)
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(191.490)	(13.995)	(205.485)	(254.814)	(77.274)	(332.088)
	17.691.170	51.666.719	69.357.889	20.661.846	23.674.734	44.336.580

- (i) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, verificadas as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação da Cooperativa e dos consultores jurídicos. As perdas calculadas pela alta Administração da Cooperativa são consideradas suficientes para cobrir eventuais inadimplências de contas a receber.
- (ii) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros embutidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Esses juros são realocados nas linhas de receitas e despesas financeiras no resultado. A taxa de juros utilizada para apuração do valor é de 12,83% a. a., obtida através da taxa média de captação de recursos da Cooperativa (em 2017 de 12,83%)

b Contas a receber por prazos de vencimento

	Vencidos						A vencer	Total
	Há mais de 180 dias	De 91 a 180 dias	De 61 a 90 dias	De 31 a 60 dias	Até 30 dias	Total		
Cooperados	21.597.903	4.059.018	748.722	776.955	1.773.824	28.956.422	24.008.268	52.964.690
Cientes	2.383.910	274.500	19.676	4.817.250	359.847	7.855.183	23.120.018	30.975.201
	23.981.813	4.333.518	768.398	5.594.205	2.133.671	36.811.605	47.128.286	83.939.891

6 Estoques

	2018	2017
Loja veterinária	7.064.990	6.318.659
Loja agrícola	1.269.916	5.303.202
Mercadorias em poder de terceiros	251.789	435.582
Mercadorias em consignação	24.035	43.299
Adiantamentos a fornecedores (i)	679.502	122.939
Total das lojas	9.290.232	12.223.681
Supermercados	1.449.999	1.806.419
Fábrica de rações	1.106.595	1.014.050
Posto de combustíveis e lubrificantes	319.186	323.947
Loja de conveniência	40.498	41.108
Laticínios	7.205	-
	12.213.715	15.409.205

- (i) Trata-se de adiantamentos a fornecedores para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas que serão disponibilizados para venda nas lojas da Cooperativa a partir do seu recebimento.

A Administração da Cooperativa entende que não há necessidade de registro de provisão para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	2018	2017
ICMS (i)	2.983.498	3.199.077
ICMS ativo imobilizado	52.351	42.324
IRPJ	35.272	8
CSLL	11	11
IRRF	600	267.561
PIS, COFINS e CSLL retidos	-	-
INSS – FUNRURAL (PRR) (iii)	18.878.490	152
PIS (ii)	2.272.348	2.626.954
COFINS (ii)	10.264.840	11.899.017
(-) Provisão para perdas (ii)	(7.607.107)	(10.869.842)
Total do circulante	26.880.303	7.165.262
ICMS ativo imobilizado	16.558	50.734
Total do não circulante	16.558	50.734
	26.896.861	7.215.996

- (i) O crédito de ICMS é proveniente das aquisições de mercadorias para revenda.
- (ii) Os créditos de PIS e COFINS foram apurados pelo regime de não cumulatividade. A Administração da Cooperativa, devido às dúvidas quanto à realização desses créditos, decidiu constituir uma provisão para perdas para créditos registrados considerados de difícil utilização.
- (iii) Em 16 de agosto de 2018, a COOPA protocolou junto A Receita Federal do Brasil, sua adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) – Lei nº 13.606, de 2018, Portaria PGFN nº 29 de 12 de janeiro de 2018. Com um valor principal de contribuição devida na ordem de R\$ 12.972.847,66 (doze milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e quarenta e sete reais, sessenta e seis centavos). A COOPA recolheu por meio de depósito judicial o montante no valor principal de R\$ 11.269.879,48 (Onze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos). Com a Adesão há a isenção de multa e juros sobre o saldo devedor, o depósito por sua vez é atualizado pela taxa Selic, valor este reconhecido como receita financeira até 31 de dezembro 2018 no montante de R\$ 7.608.458,51 (sete milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

8 Investimentos

	2018	2017
Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Ltda. – Expocaccer	217.804	216.649
Cooperativa de Crédito Rural de Patrocínio Ltda.	185.707	174.790
Consórcio Cooperativo Grupo CEMIL	76.000	76.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Araxá Ltda. - Crediara	1.561	1.561
Federação de Cooperativas de Leite Minas Gerais-Fecoagro	1.000	1.000
Cooperativa Agropecuária de Uberlândia – CALU	106	-
Cooperativa dos Prod. de Leite da Bacia do Rio Paranaíba Ltda. - Cooproleite	100	-
Credicopa-Coop Cred Livre A O Mineiro Ltda.	250	250
Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL (i)	-	26.767.486
Participação na CEMIL a capitalizar (i)	-	24.121
	482.528	27.261.857

- (i) Os investimentos são ajustados conforme deliberações em AGO daquela Central e apresentam a seguinte movimentação em 2018 e 2017:

Em 14 de março de 2018, a assembleia geral extraordinária da COOPA aprovou o pedido de demissão do quadro social da CEMIL. Ratificado pela assembleia geral extraordinária da Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda – CEMIL em 16 de outubro de 2018.

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2017	26.134.188
Integralização com retenção	633.298
Integralização com sobras (Nota 19)	24.121
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.791.607
Integralização com retenção	344.600
Integralização com sobras (Nota 19)	(914.674)
Pedido demissão 16 de outubro de 2018	(26.221.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

9 Imobilizado

a Composição do saldo

		2018		2017	
	Taxa anual de depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Total
Terrenos	-	1.155.068	1.045.677	-	3.881.465
Edificações e benfeitorias	4%	7.780.343	3.916.176	(3.297.012)	10.159.288
Máquinas e equipamentos	10%	3.892.403	677.293	(3.350.005)	1.628.904
Móveis e utensílios	10%	2.190.434	227.341	(1.895.898)	726.060
Equipamentos de informática	20%	1.325.851	126.118	(1.230.780)	366.536
Veículos	20%	3.917.422	265.272	(3.713.906)	751.048
Outros bens imobilizados	-	291.726	-	-	325.203
Obras em andamento	-	4.262.251	-	-	4.110.039
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	-	-	-	169.400
		24.815.498	6.257.877	(13.487.601)	22.117.943

O ativo imobilizado está acrescido de reavaliação espontânea efetuada por peritos independentes em exercícios anteriores. A contrapartida do valor acrescido ao imobilizado foi registrada como reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Considerando a particularidade da Cooperativa, que opera em partes com atos cooperados, a Administração não constituiu a provisão dos tributos diferidos.

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (impairment).

b Movimentação do custo histórico + reavaliação

	Saldo em 1º/1/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	3.881.465	-	-	-	3.881.465	-	(1.680.719)	2.200.746
Edificações e benfeitorias	13.721.220	-	(272.785)	43.132	13.491.567	-	(1.795.049)	11.696.518
Máquinas e equipamentos	5.146.891	-	(502.288)	-	4.644.603	39.576	(114.483)	4.569.696
Móveis e utensílios	2.447.052	2.021	(23.688)	-	2.425.385	-	(7.610)	2.417.775
Equipamentos de informática	1.494.684	14.853	(34.560)	-	1.474.977	7.795	(30.802)	1.451.970
Veículos	4.421.750	177.887	(383.083)	-	4.216.554	72.571	(106.431)	4.182.694
Outros bens imobilizados	168.249	156.955	-	-	325.204	-	(33.478)	291.726
Obras em andamento	3.165.742	987.429	-	(43.132)	4.110.039	152.211	-	4.262.250
Benfeitorias em propriedades de terceiros	770.000	-	-	-	770.000	-	(770.000)	-
	35.217.053	1.339.145	(1.216.404)	-	35.339.793	272.153	(4.538.572)	31.073.375

c Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo em 1º/1/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Edificações e benfeitorias	(2.947.565)	(421.493)	36.779	(3.332.279)	(414.997)	450.264	(3.297.012)
Máquinas e equipamentos	(2.911.047)	(446.799)	342.147	(3.015.699)	(422.242)	87.936	(3.350.005)
Móveis e utensílios	(1.491.923)	(223.835)	16.433	(1.699.325)	(202.897)	6.324	(1.895.898)
Equipamentos de informática	(961.621)	(173.933)	27.114	(1.108.440)	(149.239)	26.899	(1.230.780)
Veículos	(3.321.956)	(501.092)	357.542	(3.465.506)	(335.679)	87.279	(3.713.906)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(415.800)	(184.800)	-	(600.600)	(30.800)	631.400	-
	(12.049.912)	(1.951.952)	780.015	(13.221.849)	(1.555.854)	1.290.102	(13.487.601)

10 Intangível

a Composição do saldo

	Taxa anual de Amortização	2018			2017
		Custo	Amortização Acumulada	Total	Total
Software	20%	14.252.140	(4.747.905)	9.504.235	11.044.965

Refere-se aos valores aplicados no novo sistema de informações que será utilizado para controle nas operações da Cooperativa a partir de 2016.

b Movimentação do intangível

	Saldo em 1º/1/2017	Adição	Saldo em 31/12/2017	Adição	Saldo em 31/12/2018
Software	14.252.140	-	14.252.140	-	14.252.140
(-) Amortização acumulada	(1.634.896)	(1.572.279)	(3.207.175)	(1.540.730)	(4.747.905)
	12.617.244	(1.572.279)	11.044.965	(1.540.730)	9.504.235

11 Empréstimos e financiamentos

			2018			2017		
Finalidade	Encargos	Vencimento final	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	De 2,81% a.a. A 33% a.a.	dez/23	31.108.576	7.727.856	38.836.432	46.917.629	17.276.134	64.193.763
Repasso de crédito rural	De 3% a.a. A 22,10% a.a.	dez/22	1.120.769	896.418	2.017.187	790.776	1.519.103	2.309.879
Consórcio	-	-	4.239	1.413	5.652	4.239	5.652	9.891
			32.233.584	8.625.687	40.859.271	47.712.644	18.800.889	66.513.533

Os encargos contratuais são os normais de mercado para as modalidades específicas. As garantias são bens da Cooperativa e aval dos diretores.

O saldo de empréstimos e financiamentos está concentrado em capital de giro e repasse de crédito rural, que é captado pela Cooperativa para pagamento aos fornecedores de insumos para revenda aos cooperados.

Os empréstimos e financiamentos do passivo não circulante (longo prazo) por data de vencimento é composto da seguinte forma:

Ano de vencimento	Modalidades			
	Capital de giro	Repasso de crédito rural	Consórcio	Total
2020	3.666.171	774.554	1.413	4.442.138
2021	3.267.151	72.012	-	3.339.163
2022	742.784	49.852	-	792.636
2023	51.750	-	-	51.750
	7.727.856	896.418	1.413	8.625.687

12 Fornecedores

	2018			2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores de bens e consumo (i)	16.466.474	3.536.710	20.003.184	16.431.655	5.848.870	22.280.525
	16.466.474	3.536.710	20.003.184	16.431.655	5.848.870	22.280.525

(i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar à fornecedores de insumos e de máquinas e implementos agrícolas, que são disponibilizados nas lojas da Cooperativa, adquiridos diretamente dos fabricantes, quando possível e conveniente, para que a Cooperativa possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados.

13 Obrigações com cooperados

	2018	2017
Fornecedores Associados	2.290.206	3.142.341
Outros	-	7
	2.290.206	3.142.348

Basicamente representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção à Cooperativa.

14 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Salários e ordenados	236.314	-	236.314	317.971	-	317.971
INSS a pagar (i)	2.693.262	8.004.452	10.697.714	2.852.996	4.558.080	7.411.076
IRRF a pagar (ii)	17.163	52.252	69.415	-	-	-
FGTS s/ folha de pagamento	587.052	-	587.052	270.349	-	270.349
Auxílio alimentação	26.849	-	26.849	34.445	-	34.445
PIS s/ folha de pagamento	6.675	-	6.675	7.361	-	7.361
Pró-labore a pagar	7.650	-	7.650	5.485	-	5.485
Provisão de banco de horas	134.185	-	134.185	70.144	-	70.144
Outras obrigações sociais e trab	9.420	-	9.420	485	-	485
	3.718.570	8.056.704	11.775.274	3.559.236	4.558.080	8.117.316

- (i) O saldo é composto de INSS s/folha pagamento, principalmente com valores constantes em parcelamentos;
- Agosto de 2017, adesão ao PERT – Programa de Regularização Tributária INSS junto à Receita Federal do Brasil no valor R\$ 4.661.573,88 em 120 parcelas.
 - Setembro de 2018, parcelamento convencional nº 62.644.125-0 no valor R\$ 3.240.939,60 em 60 parcelas
 - Setembro de 2018, parcelamento simplificado nº 62.647.577-5 no valor R\$ 679.160,18 em 60 parcelas
 - Setembro de 2018, parcelamento simplificado nº 62.647.578-3 no valor R\$ 595.701,32 em 60 parcelas.
- (ii) Agosto de 2018, parcelamento simplificado de IRRF no valor R\$ 71.517,60, em 60 parcelas.

15 Obrigações Tributárias

	2018	2017
INSS Funrural com depósito judicial (i)	13.032.270	-
Provisão para CSLL e IRRF	241.131	-
Contribuição Previdenciária Funrural a Recolher	275.034	3.094.569
Outros impostos e contribuição a recolher	76.373	183.518
	13.624.808	3.278.087

- (i) Em 16 de agosto de 2018, a COOPA protocolou junto A Receita Federal do Brasil, sua adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) – Lei nº 13.606, de 2018, Portaria PGFN nº 29 de 12 de janeiro de 2018. Com um valor principal de contribuição devida na ordem de R\$ 12.972.847,66 (doze milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e quarenta sete reais, sessenta e seis centavos). A COOPA recolheu por meio de depósito judicial o montante no valor principal de R\$ 11.269.879,48 (Onze milhões, duzentos e sessenta nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos). Com a Adesão há a isenção de multa e juros sobre o saldo devedor, o depósito por sua vez é atualizado pela taxa Selic, valor este reconhecido como receita financeira até 31 de dezembro 2018 no montante de R\$ 7.608.458,51 (sete milhões, seiscentos oito mil, quatrocentos e cinquenta oito reais e cinquenta e um centavos).

16 Provisão para contingências e depósitos judiciais

	Provisão para contingências		Depósitos judiciais	
	2018	2017	2018	2017
PIS (i)	171.186	171.186	171.186	171.186
COFINS (i)	813.237	813.237	813.237	813.237
INSS - FAP (ii)	320.063	320.063	320.063	320.063
Bloqueio judicial (iii)	-	-	1.102.299	-
	1.304.486	1.304.486	2.406.785	1.304.486

A Cooperativa é parte envolvida em ações tributárias, as quais estão sendo discutidas na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores envolvidos. Existem depósitos judiciais realizados suportando as demandas.

O saldo da provisão para contingências e dos depósitos judiciais estão compostos da seguinte forma:

(i) PIS e COFINS: constituída para fazer face a eventuais perdas em ações na área tributária que estão sendo discutidas judicialmente, sendo cobertas por depósitos judiciais no valor de R\$ 984.423 em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, classificados no ativo não circulante.

A Administração da Cooperativa, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que são suficientes as estimativas calculadas quanto ao desfecho dos processos.

(ii) INSS – FAP: constituída para fazer face a eventuais perdas em ações na área tributária que estão sendo discutidas judicialmente, sendo cobertas por depósitos judiciais no mesmo valor, classificados no ativo não circulante. A Administração da Cooperativa, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que são suficientes as estimativas calculadas quanto ao desfecho dos processos.

(iii) Bloqueio judicial por determinação da justiça, em demanda de processo em tramite, no qual a COOPA figura no polo passivo.

A Cooperativa discute ações cíveis e trabalhistas classificadas pelo assessor jurídico como de perda possível, mas não provável, no montante de R\$ 210.886, não sendo constituída provisão para contingências.

Ainda, quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

17 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem o direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Ainda, pelo Estatuto Social, está previsto pagamento de juros de até 6% ao ano no exercício que houver sobras, conforme decisão do Conselho de Administração. Não foram atribuídos juros sobre o capital nos exercícios de 2018 e de 2017.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos associados, familiares e aos empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa; e
- O resultado líquido positivo com não associados e destinado a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES
- Além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

c Reserva de reavaliação

Refere-se a reavaliação de bens do ativo imobilizado realizada em exercícios anteriores. A realização da reavaliação (basicamente depreciação do ativo não circulante imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO.

d Sobras acumuladas/Perdas à disposição da AGO

As perdas/sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação quanto a sua destinação e são assim demonstradas:

	2018	2017
Sobra (Perda) líquida do exercício	16.702.012	(19.375.975)
Utilização da RATES	280.960	-
Realização da reserva de reavaliação	1.366.719	176.057
Compensação do prejuízo com terceiros com a reserva legal	-	-
Reserva legal 10% sobre atos cooperativos	(1.614.156)	-
Reserva de RATES 5% sobre atos cooperativos	(807.078)	-
RATES - resultado positivo de atos não cooperativos	(560.452)	-
Sobras (Perda) à disposição da AGO	15.368.005	(19.199.918)

De acordo com o Estatuto Social, baseado na legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971:

As sobras/Perdas à disposição da AGO.

- “ As sobras apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os fundos indivisíveis, terão a destinação que lhes der a Assembleia Geral e, caso esta decida distribuí-las aos associados, serão rateadas entre os mesmos, em partes diretamente proporcionais ao seu movimento econômico-financeiro na COOPA no período”.

As perdas acumuladas.

- “Os prejuízos de cada exercício, apurados em balanço, serão cobertos com o saldo do Fundo de Reserva Legal. Se o Fundo de Reserva Legal for insuficiente para cobrir os prejuízos, estão serão rateados entre os associados, na proporção direta do seu movimento econômico-financeiro na COOPA no período”.

18 Ingresso operacional líquido

	2018	2017
Ingresso operacional bruto		
Produtos e mercadorias	136.102.230	161.190.536
Serviços prestados	3.340.464	2.073.194
	139.442.694	163.263.730
Deduções do ingresso bruto		
Impostos incidentes	(8.497.791)	(7.912.274)
Devoluções e abatimentos	(1.830.482)	(2.808.986)
	(10.328.273)	(10.721.260)
	129.114.421	152.542.470

19 Outros ingressos operacionais líquidos

	2018	2017
Outros ingressos operacionais		
Bonificações e doações	28.782	100.515
Recuperação de dispêndios	2.719.141	3.331.560
Resultado na alienação de bens	12.159.520	236.509
Aluguéis (imóvel)	44.400	40.347
	14.951.843	3.708.931
Outros dispêndios operacionais		
Dispêndios com eventos	(51.278)	(112.388)
Outros dispêndios	(247.402)	(775.813)
	(298.680)	(888.201)
	14.653.163	2.820.730

20 Resultado de participações em cooperativas

	2018	2017
Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – Cemil (nota 8)	(914.674)	24.121
Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Ltda. - Expocaccer	559	6.193
Cooperativa de Crédito Rural de Patrocínio Ltda - SICOOB Coopacredi	6.020	7.354
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Araxá Ltda. - Crediará	-	1.213
	(908.095)	38.881

21 Resultado financeiro

	2018	2017
Ingressos financeiros		
Juros ativos (i)	9.478.925	3.774.864
Rendimentos de aplicações financeiras	136	342.460
Descontos obtidos (ii)	11.611.937	3.922.997
Ajuste a valor presente	126.602	789.631
Outros ingressos	(326.741)	979.043
	20.890.859	9.808.995
Dispêndios financeiros		
Juros passivos	(8.494.616)	(16.938.217)
Descontos concedidos	(636.478)	(443.160)
Dispêndios bancários	(183.417)	(922.990)
IOF	(67.760)	(334.010)
	(9.382.271)	(18.638.377)
	11.508.588	(8.829.382)

- (i) Em 16 de agosto de 2018, a COOPA protocolou junto A Receita Federal do Brasil, sua adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) – Lei nº 13.606, de 2018, Portaria PGFN nº 29 de 12 de janeiro de 2018. Com um valor principal de contribuição devida na ordem de R\$ 12.972.847,66 (doze milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e quarenta e sete reais, sessenta e seis centavos). A COOPA recolheu por meio de depósito judicial o montante no valor principal de R\$ 11.269.879,48 (Onze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos). Com a Adesão há a isenção de multa e juros sobre o saldo devedor, o depósito por sua vez é atualizado pela taxa Selic, valor este reconhecido como receita financeira (Juros Ativos) até 31 de dezembro 2018 no montante de R\$ 7.608.458,51 (sete milhões, seiscentos oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos).
- (ii) Negociação com instituição financeira, na quitação total de saldo devedor com desconto financeiro de R\$ 11.559.111,15 (onze milhões, quinhentos cinquenta e nove mil, cento e onze reais e quinze centavos).

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentos destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual. O imposto de renda e a contribuição social foram apurados de acordo com a base de cálculo abaixo:

	Imposto de renda
	2018
Sobras antes da tributação	16.943.142
Adições	
Despesas não dedutíveis	3.192.626
Exclusões	
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(16.141.559)
Outras Exclusões	(697.448)
Base de cálculo	1.693.595
Imposto de renda – 15%, acrescido de adicional de 10%	399.398
Imposto de renda diferido	(235.674)
Imposto de renda a pagar no exercício	163.724

	Contribuição social
	2018
Sobras antes da tributação	16.943.142
Adições	
Despesas não dedutíveis	3.115.219
Exclusões	
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(16.141.559)
Outras Exclusões	(697.448)
Base de cálculo	1.616.188
Contribuição social – 9%	145.456
Contribuição social diferida	(68.049)
Contribuição social a pagar no exercício	77.407

No exercício de 2017 não houve base tributável.

23 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Natureza da operação	2018			2017		
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total
Cédula de presença – exercício	-	9.000	9.000	-	-	-
Contas a receber	37.073	44.503	81.576	94.076	604.776	698.852
Obrigações com cooperados	14.124	20.638	34.762	428.079	171.428	599.507
Capital social	15.587	79.141	94.728	829.310	171.428	1.000.738

Ainda, a Cooperativa possui participação na Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL, que está demonstrado na nota 8. Os valores transacionados com a CEMIL em 2018 e 2017 foram:

Natureza da operação	2018		2017	
	Contas a receber	Faturamento no exercício	Contas a receber	Faturamento no exercício
Contas a receber	20.129.219	24.371.960	3.081.993	47.535.936

24 Benefícios a empregados

A Cooperativa provê a seus empregados benefícios de seguro de vida, auxílio alimentação, gratificações, auxílio transporte e assistência educacional, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Esses benefícios são registrados como despesas, quando incorridos.

Em 31 de dezembro de 2018, o total de gastos relacionados aos benefícios aos empregados monta R\$ 762.354 (R\$ 927.473 em 2017).

25 Gerenciamento de riscos

a Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de riscos é realizada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva que analisam estes riscos e definem as principais diretrizes de atuação da Cooperativa.

Nesse contexto, a Cooperativa mantém políticas de gestão de risco global, de risco de taxa de juros, de risco de crédito e para a utilização de instrumentos financeiros, bem como para o investimento de excedentes de caixa.

a.1 Risco de mercado

A Cooperativa compra e vende produtos agrícolas, estando sujeita ao risco de flutuação de preço (Risco de volatilidade do mercado de produtos agrícolas). A Administração da Cooperativa acompanha a variação de preços desses produtos, bem como a existência de eventuais "descompassos" entre posições compradas e vendidas desses produtos.

a.2 Risco de crédito

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito tolerável no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

a.3 Risco de liquidez

É o risco da Cooperativa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros (fluxos de caixa), sendo monitoradas periodicamente pela administração.

b Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais.

Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Cooperativa, requeridos para seu constante crescimento e atualização, são obtidos das sobras retidas e de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo.

A manutenção de sua capacidade de liquidez é de fundamental importância, principalmente para as atividades de revenda de produtos.

c Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Cooperativa aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Cooperativa mantém apenas instrumentos financeiros classificados no nível 1.

d Instrumentos financeiros por categoria

	Classificação	2018	2017
Ativo, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	3.231.262	1.347.845
Conta a receber	(i)	69.357.889	44.336.580
		72.589.151	45.684.425
Passivo, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	(ii)	40.859.271	66.513.533
Fornecedores	(ii)	20.003.184	22.280.525
Obrigações com cooperados	(ii)	2.290.206	3.142.348
Capital a restituir	(ii)	63.152.661	91.936.406

Classificação:

- (i) Empréstimos e recebíveis.
- (ii) Outros passivos financeiros.

26 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 - IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	2018			2017		
	Atos cooperativos	Atos não cooperativos	Total	Atos cooperativos	Atos não cooperativos	Total
Ingresso operacional bruto						
Produtos e mercadorias	104.918.653	31.183.577	136.102.230	123.507.719	37.682.817	161.190.536
Serviços prestados	3.267.943	72.521	3.340.464	1.877.324	195.870	2.073.194
	108.186.596	31.256.098	139.442.694	125.385.043	37.878.687	163.263.730
Deduções do ingresso bruto						
Impostos incidentes	(6.681.378)	(1.816.413)	(8.497.791)	(5.914.744)	(1.997.530)	(7.912.274)
Devoluções e abatimentos	(1.540.373)	(290.109)	(1.830.482)	(2.450.526)	(358.460)	(2.808.986)
	(8.221.751)	(2.106.522)	(10.328.273)	(8.365.270)	(2.355.990)	(10.721.260)
Ingresso operacional líquido	99.964.845	29.149.576	129.114.421	117.019.773	35.522.697	152.542.470
Dispêndios de produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	(89.419.255)	(24.525.747)	(113.945.002)	(102.765.210)	(30.231.393)	(132.996.603)
Sobra bruta	10.545.590	4.623.829	15.169.419	14.254.563	5.291.304	19.545.867
(Dispêndios) ingressos operacionais						
Dispêndios com pessoal	(6.244.513)	(3.306.155)	(9.550.668)	(10.678.382)	(4.208.223)	(14.886.605)
Dispêndios administrativos e gerais	(9.813.426)	(4.115.838)	(13.929.264)	(12.970.358)	(5.095.108)	(18.065.466)
Outros ingressos operacionais líquidos	13.708.344	944.819	14.653.163	1.788.512	1.032.218	2.820.730
Resultado de participações em cooperativas	(908.095)	-	(908.095)	38.881	-	38.881
	(3.257.690)	(6.477.174)	(9.734.864)	(21.821.347)	(8.271.113)	(30.092.460)
Sobra (Perdas) antes do resultado financeiro	7.287.900	(1.853.345)	5.434.555	(7.566.784)	(2.979.809)	(10.546.593)
Resultado financeiro líquido	8.844.677	2.663.911	11.508.588	(6.837.899)	(1.991.483)	(8.829.382)
Sobras (Perdas) antes da tributação	16.132.577	810.566	16.943.143	(17.516.281)	(6.199.706)	(23.715.987)
Contribuição social	-	(77.407)	(77.407)	-	-	-
Imposto de renda	-	(163.724)	(163.724)	-	-	-
(Perda) sobra líquida do exercício	16.132.577	569.435	16.702.012	(14.404.683)	(4.971.292)	(19.375.975)

Obs.: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

28 Demonstrações de sobras ou perdas por segmento

Apresentamos a seguir as demonstrações de sobras ou perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 por segmento. Os critérios e alocações quanto às demonstrações por segmento não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	Lojas agroveterinárias	Postos	Supermercados	Laticínio	Fábrica de rações	Armazém graneleiro	Conveniência	Administração	Total
Ingresso operacional bruto									
Produtos e mercadorias	26.007.597	14.196.817	21.283.088	51.601.075	22.268.284	-	745.368	-	136.102.229
Serviços prestados	83.696	66.158	-	3.189.885	-	725	-	-	3.340.464
	26.091.293	14.262.975	21.283.088	54.790.960	22.268.284	725	745.368	-	139.442.693
Deduções do ingresso bruto									
Impostos incidentes	(941.712)	(35.195)	(1.114.879)	(6.286.805)	(87.393)	(15)	(31.794)	-	(8.497.793)
Devoluções e abatimentos	(804.970)	(5.295)	(37.896)	(196.613)	(785.561)	-	(146)	-	(1.830.481)
	(1.746.682)	(40.490)	(1.152.775)	(6.483.418)	(872.954)	(15)	(31.940)	-	(10.328.274)
Ingresso operacional líquido	24.344.611	14.222.485	20.130.313	48.307.542	21.395.330	710	713.428	-	129.114.419
Dispêndios de produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	(20.300.701)	(12.136.399)	(16.317.744)	(47.973.204)	(16.658.067)	(8.823)	(550.064)	-	(113.945.002)
Sobra bruta	4.043.910	2.086.086	3.812.569	334.338	4.737.263	(8.113)	163.364	-	15.169.417
(Dispêndios) ingressos operacionais									
Dispêndios com pessoal	(2.564.453)	(1.021.852)	(2.120.774)	(302.676)	(1.354.150)	(22.737)	(83.221)	(2.080.805)	(9.550.668)
Dispêndios administrativos e gerais	(2.432.397)	(688.172)	(2.025.321)	(416.278)	(1.545.813)	(205.242)	(52.256)	(6.563.785)	(13.929.264)
Resultado financeiro líquido	(103.018)	1.113	(541)	(57.194)	(149.284)	-	(46)	11.817.558	11.508.588
Outros ingressos operacionais líquidos	697.562	247.973	655.114	12.139.478	113.616	(146.194)	24.177	680.308	14.412.034
Resultado de participações em cooperativas	-	-	-	(914.674)	-	-	-	6.579	(908.095)
	(4.402.306)	(1.460.938)	(3.491.522)	10.448.656	(2.935.631)	(374.173)	(111.346)	3.859.855	1.532.595
Sobras/Perdas do exercício	(358.396)	625.148	321.047	10.782.994	1.801.632	(382.286)	52.018	3.859.855	16.702.012

Patrocínio/ MG, 19 de fevereiro de 2019.


Fausto Amaral da Fonseca
 Presidente


Edívar Pereira da Silva
 Contador CRC/MG 056197/O

15. Balanço Social

15.1. - Balanço Social

Balanço Social Anual das Cooperativas Registradas no Sistema OCEMG/SESCOOP						
1 - Identificação da Cooperativa						
Nome: Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda.						
CNPJ: 23.405.160/0001-16						
Tempo de atividade: 57 anos						
Ramo de atividade: Agropecuário						
Responsável pelo preenchimento: Claudio Lúcio Oliveira						
2- Indicadores do Corpo de Pessoal	Cooperativas					
	2018			2017		
	Empregados	Cooperados	Total	Empregados	Cooperados	Total
Nº de pessoas na cooperativa em 31-12	225	1544	1769	243	1642	1885
Nº de admissões e entradas durante o período	85	21	106	70	32	102
Nº de demissões e saídas durante o período	103	119	222	165	842	1007
3- Indicadores de organização e gestão						
	2018			2017		
Procedimentos para integralização das quotas-partes	() pagamento à vista () desconto de débitos trabalhistas () desconto parcelado das retiradas(x) outros - Parcelado 30 e 60 dias.			() pagamento à vista () desconto de débitos trabalhistas () desconto parcelado das retiradas(x) outros - Parcelado 30 e 60 dias.		
Nº total de acidentes do trabalho	3			6		
Existem medidas concretas em relação à saúde e segurança no ambiente de trabalho?	(x) Sim () Não			(x) Sim () Não		
Estimula a educação básica, ensino médio e superior (supletivo ou regular) dos empregados?	() Sim (x) Não			(x) Sim () Não		
Destino das sobras	() investimentos () fundos () outro (x) rateio entre os cooperados			() investimentos () fundos () outro (x) rateio entre os cooperados		
Quantidade de assembleias realizadas	3			5		
Frequência média nas assembleias	54,33			267,8		
Decisões submetidas à assembleia	(x) investimentos () pagamento credores () novos produtos (x) destino das sobras ou perdas (x) admissão/afastamento de cooperado (x) outro - Limite de endividamento / Investimento / reforma do Estatuto Social			(x) investimentos () pagamento credores () novos produtos (x) destino das sobras ou perdas (x) admissão/afastamento de cooperado (x) outro - Limite de endividamento / Investimento / reforma do Estatuto Social		
Renovação dos cargos diretivos	() 1/3 () 2/3 () total (X) sem renovação			() 1/3 () 2/3 (x) total () sem renovação		
A cooperativa apoia a organização de outros empreendimentos do tipo cooperativo?	(x) sim, oferecendo assessoria (x) sim, com recursos humanos ou materiais() não (x) outros apoios			(x) sim, oferecendo assessoria (x) sim, com recursos humanos ou materiais() não (x) outros apoios		
Principais parcerias e apoios	(x) sindicato (x) ONG (x) Sescop/OCB() instituição religiosa () governo federal () estadual (x) municipal (x) outro			(x) sindicato (x) ONG (x) Sescop/OCB () instituição religiosa () governo federal () estadual (x) municipal (x) outro		
A participação dos cooperados no planejamento da cooperativa	() não ocorre () ocorre em nível de chefia (x) ocorre em todos os níveis			() não ocorre () ocorre em nível de chefia (x) ocorre em todos os níveis		
A cooperativa costuma ouvir os cooperados para soluções de problemas?	() não (x) sim, sem data definida(x) sim, com data definida (Programa OQS)			() não (x) sim, sem data definida(x) sim, com data definida (Programa OQS)		
4- Indicadores econômicos em R\$						
	2018			2017		
Ingressos e receitas brutas	R\$ 139.442.694			R\$ 163.263.730		

Valores repassados aos cooperados	R\$ 108.186.596			R\$ 125.385.043		
Receitas sobre aplicações financeiras em 31/12	R\$ 136			R\$ 342.460		
Total de dívidas em 31/12	R\$ 40.853.619			R\$ 66.503.642		
Patrimônio líquido da cooperativa	R\$ 45.223.902			R\$ 18.607.205		
Valor total de Impostos e contribuições do período	PIS: R\$ 256.646	COFINS:	R\$ 902.764	PIS: R\$ 308.163	COFINS:	R\$ 1.056.764
	IPI: R\$ 0,00	INSS:	R\$ 1.704.627	IPI: R\$ 0,00	INSS:	R\$ 2.332.114
	ITR: R\$ 284	FGTS:	R\$ 662.275	ITR: R\$ 284	FGTS:	R\$ 1.678.936
	CSLL: R\$ 0,00	ICMS:	R\$ 7.411.765	CSLL: R\$ 0,00	ICMS:	R\$ 6.808.338
	OUTROS: R\$ 1.374.185 (Impostos e Taxas+ISS+CPMF/IOF+FUNRURAL)			OUTROS: R\$ 3.581.692 (Impostos e Taxas+ISS+CPMF/IOF+FUNRURAL)		
Total da folha de pagamento/benefícios	Transporte: R\$ 16.475			Transporte: R\$ 13.778		
	Alimentação: R\$ 349.245			Alimentação: R\$ 376.800		
	Plano de Saúde: R\$			Plano de Saúde: R\$ 335.295		
	Bolsa de Estudos: R\$			Bolsa de Estudos: R\$ 7.044,00		
	Outros:			Outros:		
Total da folha de pagamento/salários	R\$ 6.489.116			R\$ 10.222.073		
Total da folha de pagamento/encargos	R\$ 2.427.719			R\$ 4.096.314		
Valor de capital para ingresso na cooperativa	R\$ 500			R\$ 500		
Sobras ou perdas do exercício	R\$ 16.702.012			R\$ (19.375.978)		
Valor dos fundos/reservas existentes	R\$ 6.695.462			R\$ 5.361.455		
5- Indicadores sociais internos (benefícios para cooperados e empregados)	2018			2017		
	Empregados	Cooperados		Empregados	Cooperados	
Capacitação profissional	-	R\$ 150.000,00		R\$ 3.312,53	R\$ 0,00	
	Beneficiários					
	-	23		-	-	
Total dos investimentos sociais internos	-	R\$ 150.000,00		-	-	
6- Indicadores sociais externos (investimentos na comunidade em R\$)	2018			2017		
Compras ou contratação de serviços de outras cooperativas	R\$ 5.848.995			R\$ 2.033.464		
Vendas ou prestação de serviços a outras cooperativas	R\$ 26.233.502			R\$ 47.255.217		
Investimentos em programas e/ou projetos ambientais externos				R\$ 0,00		
Investimentos em cultura e/ou lazer	-			R\$ 0,00		
	nº de pessoas beneficiadas		0	nº de pessoas beneficiadas		0
Gastos com ações sociais/filantropia (financeiros, produtos e/ou serviços)/ajudas humanitárias	-			R\$ 506,72		
	nº de pessoas beneficiadas		Comunidade como um todo!	nº de pessoas beneficiadas		Comunidade como um todo!
	nº de entidades beneficiadas		40	nº de entidades beneficiadas		0
Outros	-			-		